

ISOLE

Edição 18 - 9/1/26

ATÉ ONDE ELE VAI?

Donald Trump afronta estabilidade global em nome de um novo imperialismo americano



Trump fala na conferência do Partido Republicano em Washington, dias depois dos Estados Unidos invadirem a Venezuela

Capa

Página
18



Donald Trump detalha planos dos EUA sobre a Venezuela, invadida no sábado, 3

Expediente

ISTOÉ
publicações

ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.

CEO E DIRETOR EDITORIAL
Daniel Hessel Teich

ISTOÉ

EDITORA EXECUTIVA
Lena Castellón

DIRETOR DE ARTE
Alexandre Akermann

DESIGNER
Mayara Novais

www.istoe.com.br

Instagram
[@revistaistoe](https://www.instagram.com/@revistaistoe)

YouTube
[m.youtube.com/@revistaISTOE](https://www.youtube.com/@revistaISTOE)

X
[@revistaISTOE](https://www.x.com/@revistaISTOE)

TikTok
[@revistaistoe](https://www.tiktok.com/@revistaistoe)

LinkedIn
<https://linkedin.com/company/istoe/>

Redação e correspondência
Rua Iguatemi, 192, 19º andar, Itaim Bibi,
São Paulo, SP, CEP 01451-010

ISTOÉ - A SEMANA é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)

Índice

CAPA: FOTO DE KEVIN LAMARQUE/REUTERS

3 ENTREVISTA

6 BRASIL →



Tábata Amaral sofre ataques só por ser mulher

16 ECONOMIA

19 INTERNACIONAL

28 TECNOLOGIA

29 SAÚDE →



Antes de viajar, cheque se as vacinas estão em dia

31 CIÊNCIA

33 GENTE

34 ESPORTE

38 ESTILO DE VIDA

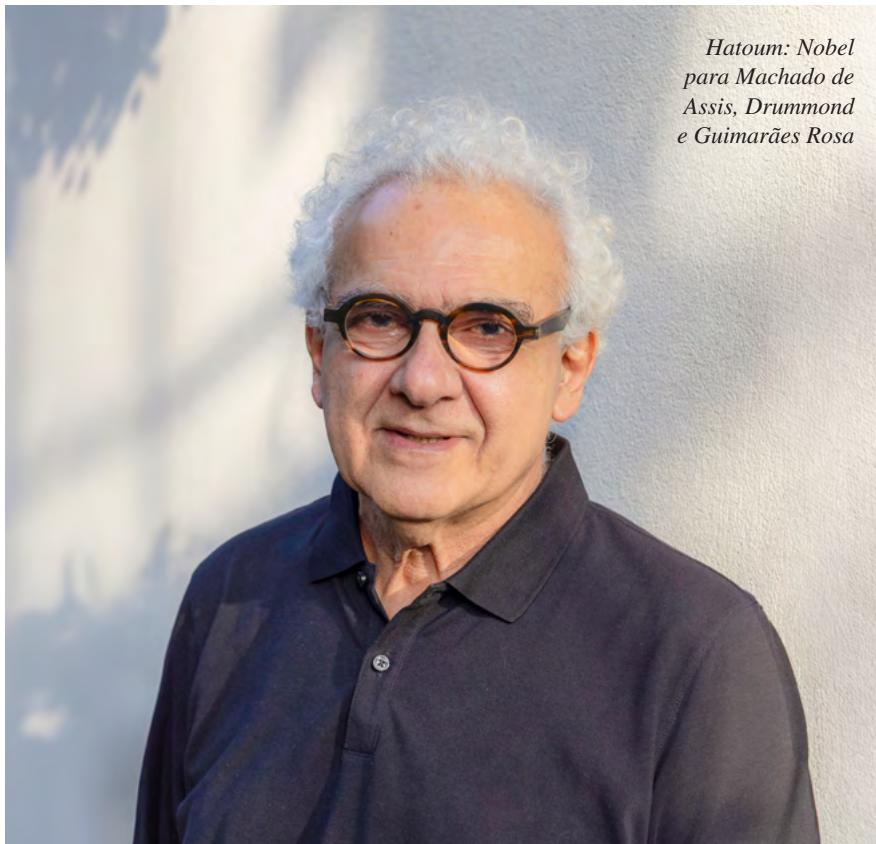
39 ENTRETENIMENTO →



Moura e Mendonça no Critics Choice Awards

43 O MELHOR DAS REDES

44 PALAVRA POR PALAVRA



Hatoum: Nobel para Machado de Assis, Drummond e Guimarães Rosa

RENAZO PARADA

Literatura de primeira grandeza

O escritor Milton Hatoum, imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) eleito em 2025, defende que o país já deveria ter recebido um Nobel

O escritor Milton Hatoum é um dos maiores nomes da literatura contemporânea do país e tem parte de sua obra transposta para as telas. Autor de “Dois Irmãos”, que vendeu mais de 300 mil exemplares, ele foi eleito em agosto para a Academia Brasileira de Letras (ABL) e, em outubro, lançou “Dança de Enganos”, que encerra a trilogia “Um Lugar

Sombrio”, ambientada na ditadura. Nesta entrevista, Hatoum, 73 anos, revisita a Manaus da infância, marcada pela convivência entre culturas (como a libanesa, origem de sua família) e pela harmonia com a natureza – hoje degradada –, e reflete sobre imigração e o reconhecimento dos escritores brasileiros no exterior.

Lena Castellón

Como era a Manaus do tempo em que nasceu e como a compara com a atual?

A Manaus da minha infância era uma cidade relativamente pequena, de 250 mil habitantes, com uma sociedade muito diversificada. A convivência na minha casa era com amazonenses, caboclos, manauaras, comunidades de imigrantes, como portugueses, sírio-libaneses e judeus marroquinos. Essas comunidades inspiraram personagens em quatro dos meus romances: “Relatos de um Certo Oriente”, “Dois Irmãos”, “Cinzas do Norte” e “Órfãos do Eldorado”. Esse pequeno Líbano manauara foi importante na minha infância e na minha primeira juventude. E o mais importante é que Manaus, até os anos 1960 e início dos 1970, tinha uma harmonia com a natureza. Era uma infância um pouco idílica que foi perdida. Como era? Era uma cidade pacata com casas com quintais. Havia bairros pobres, mas não a miséria e a violência de hoje. A natureza estava muito presente porque a floresta circundava Manaus e os igarapés adentravam na cidade. Eram os nossos banhos. O povo, a classe média, a elite frequentavam esses igarapés. Havia banhos públicos também. Ficavam a 10 minutos, 15 minutos de ônibus do centro da cidade. Hoje, eles não existem mais e os igarapés estão morrendo. Manaus mudou a partir da Zona Franca, do progresso. A questão é como a industrialização se faz no Brasil. Não estou falando contra ela; estou falando da forma como foi implantada a Zona Franca, sem planejamento urbano, sem nenhuma visão de preservação da natureza. Os igarapés foram poluídos, a floresta em volta da cidade foi invadida por uma migração maciça a partir dos anos 1970. Foram criados bolsões de miséria. Certamente dois terços das habitações de Manaus são precárias. Uma boa parte dos manauaras não tem acesso a saneamento urbano, um absurdo. Isso acontece em Belém também.

Quando o senhor foi anunciado como membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) [em agosto passado], falaram assim: “O primeiro escritor amazonense”. De alguma forma, o senhor quis passar

pela sua obra também o que é a Amazônia, longe dos estereótipos?

Não tive essa pretensão, mas eu não expresso na minha ficção uma Amazônia exótica, idealizada. Mesmo porque eu sou um amazonense urbano. Meu primeiro romance surpreendeu a crítica do Sul-Sudeste. Uma crítica até disse que o que se esperava de um escritor amazonense eram temas sobre a floresta, o ciclo da borracha ou indígenas. E não veio isso. Veio um relato muito movido pela memória, por um sopro lírico, e povoado de imigrantes e de amazonenses, mas sem nenhum apelo ao exotismo. O que mais importa nos meus romances são os dramas humanos. A cidade de Manaus é personagem em dois romances: "Dois Irmãos" e "Cinzas do Norte". Tem a cidade e tem os imigrantes, que não têm a nostalgia de voltar ao país de origem. São imigrantes ambientados e adaptados ao país eleito. Procurei dar densidade ao drama familiar e expandir esse drama às questões da cidade e depois do país. Foi uma progressão. Esse foi o meu projeto literário desde o início. Demorei muito a publicar o primeiro romance. Tinha 37 anos.

Em Manaus como era ser filho de imigrantes? O seu pai falava árabe?

O papai era bilíngue. Ele aprendeu muito bem o português. Eu tinha inveja dele. Ficava impressionado porque o árabe é uma língua muito difícil. Você mudar para o português com tanta facilidade e escrever nas duas línguas e ler, isso me fascinava. Isso não acontecia com meus avós maternos que não aprenderam direito o português. Minha avó materna falava mais francês que português. Ela era uma libanesa cristã. Meu avô era muçulmano. No Brasil isso acontece, graças a Deus. As religiões diferentes não impedem o ato amoroso. Muito da cultura do amazonense já estava na minha casa, através da minha mãe, que era manauara. E de mulheres indígenas que trabalhavam na minha casa. No "Dois Irmãos", uma das personagens centrais é uma mulher indígena, que tem um filho com um dos irmãos. Ela

é violentada. Eu falo também da violência contra a mulher. É um livro que já tem 25 anos. Essa violência é questão central do livro, porque eu vi muito isso: as empregadas da classe média de Manaus eram muito humilhadas. Era uma relação bruta entre patrões e empregados. Isso me chocava, me indignava. Eu não conseguia elaborar direito porque era criança. Mas, quando cresci, quando tinha 12, 14 anos, eu percebi que ali tinha uma injustiça enorme. Tanto que me marcou para a vida toda. No último livro ["Dança de Enganos"], da trilogia "O Lugar Mais Sombrio", tem a história de duas empregadas, uma mineira e outra santista, que são mulheres com

ca centenária. Tive uma professora que me inoculou o vírus da leitura. Conheci alguns autores brasileiros que até hoje são autores da minha vida: Graciliano Ramos, Jorge Amado, Erico Verissimo. Minha mãe também queria que eu aprendesse línguas estrangeiras. Como filho de pai imigrante, eu ouvia outras línguas em casa. Essa compreensão da alteridade, do outro, da diferença, é importante. E é importante ter essa diversidade não como ameaça, mas como convivência desejada.

Hoje, o outro, o diferente é visto como ameaça. Pelo seu lado árabe, o senhor sente muito preconceito?

Um enorme preconceito. Olhe quantos filmes de Hollywood em que o árabe é vilão, é terrorista. Olhe como os palestinos são vistos pelos governo de extrema direita. Quem defende os palestinos são humanistas. São pessoas que defenderiam os judeus na Segunda Guerra. Como meus pais. Não havia nenhum contencioso entre judeus e muçulmanos na Palestina antes de 1948. Eles viviam harmonicamente: judeus, cristãos e muçulmanos. A natureza do estado de Israel, criado em 1948, não admitia a convivência com os palestinos. Era um estado exclusivo para judeus. Isso está na Constituição. E aí começaram as expulsões de 700 mil palestinos, além de massacres. Hoje, judeus humanistas, que não são poucos, e grandes estudiosos do Holocausto condenam com veemência o que está acontecendo em Gaza. E nomearam a isso de genocídio.

Como é seu processo de escrita?

Meu primeiro romance ["Dois Irmãos"] foi escrito por espasmos. Comecei na Espanha em 1980, depois na França, mas eu fazia muitas coisas lá. Não tinha tanto tempo. Em Manaus, quando ingressei na universidade, também não tinha muito tempo para escrever o que eu queria escrever. Quando falo em tempo da escrita incluo o tempo de leitura. Do que interessa para aquilo que você está escrevendo. Foi uma escrita muito descontínua, interrompida a do primeiro romance. Vim para São Paulo, para fa-

“ Como filho de pai imigrante, eu ouvia outras línguas em casa. A compreensão da alteridade, do outro, da diferença é importante. E é importante ter essa diversidade não como ameaça, mas como convivência desejada ”

destinos muito diferentes e que têm uma relação muito específica com as patroas. Há um lado antropológico e social importante nesse romance.

Em que momento percebeu que seu caminho era ser escritor?

Tem aí uma coisa fundamental para quem vai escrever e não sabe que vai ser escritor, que é a paixão pela leitura. Isso começou em Manaus, primeiro com as histórias orais do meu avô paterno, um exímio narrador, um homem que fabulava. Depois, vieram as leituras. Minha mãe me deu as obras completas de Machado de Assis. Eu li os contos do Machado entre 12 e 15 anos. Depois, foi fundamental a leitura no Colégio Estadual do Amazonas, no antigo ginásio amazonense Pedro II, uma escola públ-

zer doutorado, e parei no primeiro ano. Interrompi o doutorado. Meu orientador, que era o professor Davi Arrigucci Jr., um dos maiores críticos brasileiros, me disse: “Mas você vai largar? O Brasil é um país instável”. Respondi: “Eu vou porque senão não termino o meu romance”. Tinha feito anotações durante anos, de 1990 a 1998. Eu já estava escrevendo algumas coisas, personagens. Aí, ele disse: “Tudo bem. Então, vai lá e manda bala”. E eu mandei. Escrevi “Dois Irmãos” e tive sorte. O escritor brasileiro é pessimista por princípio. Achava que pouca gente ia ler. Mas, aos poucos, o livro conquistou o público e alcançou um número muito grande de leitores. Hoje, tem mais de 300 mil [exemplares vendidos], que é uma loucura para o Brasil. É um livro que teve crescimento lento, mas ininterrupto. Quando publiquei a “Noite da Espera” [primeiro livro da trilogia “Um Lugar Sombrio”], em 2017, eu já tinha o romance todo. Quando revisei o segundo [“Ponto de Fugas”], acrescentei coisas. Depois, no último [“Dança de Enganos”], quando eu reli, tinha duas pestes no Brasil: a pandemia de Covid e o governo anterior. Eu disse: “Tenho de acrescentar coisas aí”. Por isso ele demorou. Tive de mudar muitas coisas e acrescentar outras.

Em 2025, o filme “Ainda Estou Aqui” [que fala de Rubens Paiva e dos desaparecidos na ditadura] foi premiado no Oscar. Na trilogia “Um Lugar Sombrio”, o senhor aborda a ditadura militar. De que forma?

Eles não são livros políticos. “Um Lugar Sombrio” é um “romanção” de 800 páginas que dividi em três. É ambientado durante o longo período da ditadura. Porque toda a minha primeira juventude, a segunda e uma parte da vida adulta foi vivida durante a ditadura. É um romance sobre a formação de um grupo de jovens em dois momentos: em Brasília e, depois, em São Paulo. [A obra] fala das relações afetivas, sentimentais, morais, intelectuais, políticas. Como se dá isso? Há conflitos entre eles, no interior desse grupo e no interior das famílias. O quadro histórico, de fundo, é a ditadura. Ali está a violência, a repressão familiar, e há questões muito claras sobre a repressão aos homossexuais e sobre o racismo.

“O brasileiro médio não lê porque não houve uma formação adequada na escola”



RENAUTO PARADA

Qual o papel da Academia Brasileira de Letras (ABL) na sociedade atual?

A ABL mudou muito. Ela tem se dinamizado. Não é mais uma instituição cristalizada. Criaram-se relações entre a Academia e a sociedade, sobretudo nos últimos dez ou 15 anos. Ela foi muito conservadora na década de 1970. Essa mudança positiva me estimulou a me candidatar. Eu fiquei contente, honrado em ser o primeiro amazonense da ABL, já que isso virou o bordão. Manaus festejou. Agora, como toda instituição, ela tem seus problemas, seu lado conservador. Mas acho que ela tem se aberto. Inclusive com os jovens da periferia do Rio, onde há um programa de leitura e de conversa sobre literatura. Tem ciclo de conferências sobre história, literatura, sobre a literatura na ditadura. Acho que o importante é participar de um ambiente cultural democrático e promover a literatura, porque a leitura no Brasil é uma questão estrutural. O brasileiro médio não lê porque não houve uma formação adequada na escola [a média de leitura é de 3,96 livros por ano, segundo pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2024]. Eu pergunto: por que nos cursos de medicina, engenharia, ciências exatas e da natureza não há disciplinas de humanidades, pelo menos optativas? A medicina lida com a morte o tempo to-

do. E a morte é uma das grandes questões da filosofia. Por exemplo, por que que os alunos de medicina não leem “A Morte de Ivan Ilitch”, de Tolstói? Eu gostaria de dar uma palestra no curso de medicina sobre esse livro. Se me convidarem, eu vou.

Falta reconhecimento internacional dos nossos autores? Um Nobel de Literatura já deveria ter sido dado a um brasileiro? A quem?

Falta, claro. Daria o Nobel a vários autores. Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa são dois, um poeta e um ficcionista. Certamente maiores que a maioria dos premiados. E Machado de Assis também. Ele publicou “Memórias Póstumas de Brás Cubas” em 1881. E o prêmio Nobel começou em 1901. Eles tiveram 20 anos para dizer: “Puxa, tem um romance de um brasileiro no Rio de Janeiro, que é uma obra-prima”. Mas não se interessaram. Nesses anos todos, deram para cinco ou seis hispano-americanos. E para nenhum brasileiro. É uma indiferença em relação ao Brasil, que é visto como estereótipo. “Ah, eles só entendem de carnaval, samba e, no fundo, é um país violento. Não há uma literatura de primeira grandeza”. Mas há. Não só há uma literatura de primeira grandeza, como há grandes cientistas e arquitetos brasileiros. ■



Lula parte em busca do quarto mandato: equilíbrio nas pesquisas, mas com o desafio da relação instável com o Congresso

MATEUS BONOMI

O Brasil nas urnas entre duas forças

Como os ecos de 2025 definem as armas que governo e oposição usarão na batalha pelo Planalto e pelo Congresso, nas primeiras eleições depois do julgamento da trama golpista

Carlos Eduardo Vasconcellos

Há quatro anos, quando faltavam dez meses para as eleições de 2022, o Brasil vivia um clima diferente do que se sente agora. Jair Bolsonaro (PL), então presidente e candidato à reeleição, chegava ao final de seu governo corroído pela gestão da pandemia da Covid, pela alta na inflação e uma reprovação de 53%, segundo pesquisas do Datafolha da época. O petista Luiz Inácio Lula da Silva, recém-libertado das condenações na Lava Jato, surgia como o opositor favorito.

Hoje, o quadro é diametralmente oposto, pensando-se nessas duas lideranças políticas. Inelegível, Bolsonaro está preso na superintendência da Polícia Federal em Brasília desde novembro de 2025, condenado a 27 anos e 3 meses por tentativa de golpe de Estado. Ele não terá seu nome na urna no dia 4 de outubro – quando se inicia o processo que definirá governadores, deputados estaduais, novos integrantes do Congresso Nacional e o presidente da República. Mas talvez o sobrenome, sim. O sena-

dor Flávio Bolsonaro (PL-RJ) é a aposta de Jair, até o momento. O incumbente é Lula, que busca o quarto mandato ancorado por uma economia mais sólida do que há quatro anos, mas ainda assombrado pela tarefa de cortar gastos para estancar a dívida pública e pela antipatia declarada do mercado.

No papel, o desempenho de Lula lhe garante um fôlego na corrida eleitoral – ao menos por enquanto. O petista está equilibrado nas pesquisas de modo peculiar: tem aprovação que oscila entre 48% e 50%, um empate técnico com a desaprovação, o que revela tanto resiliência quanto vulnerabilidade. O contraste com o passado é pedagógico. Em janeiro de 2022, Bolsonaro amargava 53% de rejeição e via sua aprovação definhava nos 24%.

Para conquistar a reeleição, porém, o petista terá de atravessar nuvens densas: relação instável com o Congresso, a segurança pública como terreno escorregadio e a fadiga do lulismo. Uma pesquisa da Genial/Quaest, divulgada em dezembro de 2025, ilustra o cenário. Na opinião de 55% dos brasileiros, Lula não deveria se candidatar.

A principal semelhança entre os dois momentos fica pela persistente polarização. No campo da direita, há vários pré-candidatos: Flávio Bolsonaro (indicado pelo pai), Ratinho Jr. (PSD-PR), Ronaldo Caiado (União Brasil-

-GO), Romeu Zema (Novo-MG) e até Renan Santos, fundador do MBL e que hoje preside o Missão. Paire ainda a dúvida sobre Tarcísio de Freitas, que pode abrir mão da reeleição em São Paulo para tentar o Planalto. De todo modo, as pesquisas mostram que a disputa se resume a Lula (ou seu ungido) e Bolsonaro (ou seu representante mais fiel).

“Se ninguém conseguir romper as bolhas do lulismo e do bolsonarismo, a polarização se confirma. Isso é o que os economistas chamam de expectativas autorrealizáveis: se todo mundo acredita que vai acontecer, acaba acontecendo”, analisa Leandro Consentino, cientista político e professor do Insper.

E o maior beneficiário de uma polarização somada à pulverização na direita, enquanto a esquerda se fecha em torno de Lula, seria o próprio incumbente. “Pode ocorrer o inverso de 2018: em vez de a esquerda pulverizada, com [Fernando] Haddad, Ciro [Gomes], Marina [Silva] e [Guilherme] Boulos, agora é a direita que se divide. Se esses nomes não despertarem paixão, a tendência é uma recolocação de Lula”, avalia o marqueteiro político Marcelo Vitorino, que comandou as campanhas de José Serra (2010) e Geraldo Alckmin (2018).

Entre os nomes postos, Tarcísio é a peça que pode redesenhar o cenário. O governador paulista carrega importantes trunfos: a bônus do Centrão e da Faria Lima, que apostam em um perfil mais pragmático, capaz de falar a linguagem das reformas sem assustar ninguém.

Paulo Vasconcelos, estrategista da pré-campanha de Ronaldo Caiado, acredita que, mesmo se a centro-direita



Jair Bolsonaro
indicou como seu
sucessor político o
filho Flávio, mas a
direita está dividida

se unir em torno de um nome moderado, seu representante terá de abraçar, em alguma medida, o bolsonarismo para derrotar Lula. “Mas a grande guerra acontecerá no centro”, pondera Vasconcelos.

Quanto a Tarcísio, o especialista não aposta em mudança de planos e projeta o governador buscando a reeleição em São Paulo: “Abandonar o Palácio dos Bandeirantes seria uma operação de alto risco”.

Economia e segurança pública na campanha

Em um ano eleitoral marcado por incertezas, a economia brasileira apresenta indicadores mistos no governo Lula. A atividade econômica desacelerou em 2025, interrompendo a sequência de três anos de expansão que teve seu ápice nos 3,4% de 2024. O recuo é reflexo direto de uma taxa de juros que estacionou no maior nível em quase duas décadas.

Para 2025, o consenso do mercado projeta uma expansão próxima de 2,3%. O quadro, contudo, revela desafios. Para 2026, o Banco Central (BC) estima um

crescimento de 1,8%, o menor desde a retração de 3,3% em 2020, causada pela pandemia. O controle da inflação foi desafiador e levou à alta de juros, mas o indicador está dentro do intervalo da meta estabelecida pelo BC, enquanto a taxa de desemprego atingiu o patamar de 5,2% no trimestre final de 2025, o menor valor da história para o período.

Para Luciana Santana, cientista política e professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), o segundo semestre de 2025 trouxe dados econômicos positivos ao Brasil, que ajudaram a impulsionar a popularidade de Lula, junto com medidas como a ampliação da isenção do Imposto de Renda e também a retirada das tarifas americanas sobre produtos brasileiros.

O cenário para o ano eleitoral, porém, é menos animador. Rodolpho Sartori, economista da Austin Rating, explica que o fôlego de 2025 veio da supersafra agrícola, que barateou alimentos e gerou deflação, e do câmbio favorável. Para 2026, o agro dificilmente repetirá o recorde, enquanto indústria e serviços já sentem o peso dos juros altos. Sem o impulso do campo, a economia dependerá de taxas mais baixas para evitar um recuo brusco.

O impacto desse cenário econômico nas urnas é pragmático. Na análise de Vitorino, o processo eleitoral brasileiro recuperou seu padrão tradicional, onde o poder de compra fala mais alto que a polarização. “Historicamente, a economia define o jogo”, pontua, citando os sucessos de FHC e Lula e a queda de Dilma Rousseff. Sob essa ótica, 2026 marca o fim do hiato de 2018 e o retorno ao voto balizado pelo bem-estar material. “Na eleição presidencial, o pragmatismo é menos palpável e a ideologia ganha peso, mas o fundo sempre será a



No mercado financeiro
há expectativas de
Tarcísio de Freitas
abrir mão da reeleição
em São Paulo para
tentar o Planalto

JOÃO VALÉRIO



FÁBIO RODRIGUES/POZOBON/AGÊNCIA BRASIL

economia. Em 2018, o mote de Bolsonaro foi acabar com o PT; em 2022, o de Lula foi ‘devolver a picanha’. Ambos têm fundo econômico”, afirma.

Ciente de que o poder de compra é o fiel da balança, o governo entra em 2026 sob a tentação de reeditar o populismo fiscal de eras passadas. Mas o cenário mudou. Lula terá de equilibrar esse impulso com a necessidade de conter o déficit público, sob pena de comprometer a credibilidade fiscal e intensificar as críticas do mercado.

Dados do BC indicam que entre janeiro e novembro, o governo já gastou R\$ 80,3 bilhões a mais do que arrecadou no mesmo período. O déficit não inclui os juros da dívida acumulada ao longo dos anos. À medida que ela cresce, o risco de inadimplência sobe e os investidores passam a exigir juros mais altos, complicando ainda mais o cenário.

“Embora o governo consiga cumprir a meta fiscal atual por meio de política tributária como o desconto dos precatórios, a dívida bruta cresce devido a juros altos e à dificuldade em gerar superávit primário. O esforço ainda é insuficiente. Com isso, projeta-se um debate obrigatório sobre temas sensíveis, como a indexação da previdência e do BPC [Benefício de Prestação Continuada] e a revisão de gastos com emendas parlamentares”, explica Sartori.

O economista alerta ainda para a tentação populista: “O ano eleitoral é sempre perigoso. Desde o início de 2026, Fazenda e Planejamento terão de ser firmes contra as pressões para abrir as torneiras.”

Se a economia é o terreno onde o governo tenta se segurar, a segurança pública é a trincheira onde a oposição pretende avançar. É nesse contraste entre a

estabilidade das contas e a sensação de insegurança nas ruas que o jogo de 2026 começará, de fato, a ser jogado.

Para Lula, a questão da segurança pública é uma vulnerabilidade crônica. Para candidatos da direita, é trunfo eleitoral, capitalizado por governadores como Tarcísio, Ronaldo Caiado (GO) e Cláudio Castro (RJ), que exibem resultados locais com “mão dura”.

Pesquisas de 2025 confirmam o peso do assunto. A insegurança é a segunda maior preocupação dos brasileiros, atrás apenas da saúde, com 16% considerando-a o principal problema do país, segundo dados de dezembro do Datafolha. Em cidades como Rio e São Paulo, 60% avaliam negativamente a ação federal. Essa sensação de insegurança alimenta uma guerra de narrativas que pode decidir votos principalmente no Sudeste e Sul, regiões chave para o Planalto.

A expectativa é que as campanhas girem em torno de promessas de ordem. Lula defenderá integração nacional; a oposição acusará o governo de ineficácia e leniência com o crime organizado. O presidente, aliás, deve

aproveitar a saída de Ricardo Lewandowski do Ministério da Justiça – revelada nesta semana – para desmembrar a pasta e recriar uma dedicada apenas à Segurança Pública. Andrei Rodrigues, atual diretor da Polícia Federal, surge como opção para o comando.

“É um movimento interessante. A saída de Lewandowski abre espaço para uma reforma na pasta, com a recriação de um ministério exclusivo para Segurança Pública e a nomeação de um perfil mais técnico, sem o viés da esquerda que vê a criminalidade como mera questão social. Isso ajuda a blindar o governo contra o discurso de que não prioriza o combate ao crime”, observa Consentino.

Por outro lado, Consentino projeta que a direita manterá a ofensiva sobre a suposta leniência do governo com a criminalidade. Antigos deslizes verbais de Lula, como a declaração sobre furtos de celulares ou a recente e polêmica fala de que “traficantes são vítimas dos usuários”, devem ser resgatados e explorados à exaustão como evidências da condescendência do Planalto.

Na visão do marqueteiro Paulo Vasconcelos, a segurança pública foi negligenciada pelos últimos governos. Para ele, uma defesa dos direitos humanos “muitas vezes distorcida ou exacerbada” acabou ofuscando o combate ao crime, mas o governo Lula ainda teria tempo para se reposicionar sobre o tema.

“É um problema, mas, na composição da narrativa, é possível mostrar que no governo Bolsonaro também não houve nenhuma operação excepcional de enfrentamento”, argumenta. Para entender por que esse tema pode

GERALDO MAGELA

Com a saída de Ricardo Lewandowski do Ministério da Justiça, governo deverá investir em pasta dedicada à Segurança Pública





inclinar a balança nesta corrida eleitoral, convém voltar a 2025, um ano de operações intensas, avanços legislativos parciais e debates acirrados sobre o combate ao crime organizado. Com a insegurança sendo o segundo maior problema do país, as iniciativas federais de descapitalização do crime organizado ganharam peso estratégico. No Rio de Janeiro e na Amazônia, o foco foi o combate às redes de lavagem de dinheiro e milícias, enquanto em São Paulo o bloqueio de R\$ 2 bilhões de empresas ligadas ao PCC marcou a gestão. Em 2026, o governo tentará usar esse balanço de “inteligência e eficiência” para rebater a narrativa da oposição, que ganha fôlego com a queda de índices criminais locais e uma percepção pública favorável a operações de maior impacto territorial.

Campo de batalha

No Congresso, os avanços foram parciais. O PL Antifacção, criticado por Lula e aprovado no Senado em dezembro, traz novas ferramentas de investigação, penas mais duras para membros de facções e milícias e estruturas integradas de monitoramento financeiro. O texto volta agora à Câmara para análise final.

Já a PEC da Segurança Pública, enviada pelo Planalto em abril, propõe uma coordenação nacional sob liderança da União, conferindo ao governo federal a competência para estabelecer diretrizes gerais e integrar as polícias civis, militares e penais. A proposta

Queda na cela

O ex-presidente Jair Bolsonaro caiu na madrugada de terça-feira, 6, na sala especial que ocupa na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, onde cumpre pena. Segundo o cardiologista Brasil Caiado, um de seus médicos, ele caminhou e sofreu uma queda. Levado ao Hospital DF Star, Bolsonaro passou por tomografia, ressonância magnética e eletroencefalograma. O médico disse que foram identificadas lesões em partes moles nas regiões temporal e frontal, compatíveis com traumatismo craniano leve. Suspeita-se que interação entre remédios tenha provocado uma desorientação. De acordo com Caiado, a lesão “não é preocupante”. Bolsonaro recebeu alta e retornou à cela.

MARCO BELLO
e CV serão vilãs comuns, mas o debate ficará dividido: direita por mão dura, esquerda por inteligência e prevenção. Com 40% considerando mortes em operações policiais adequadas, segundo uma pesquisa da Ipsos de novembro, o tema pode decidir estados. Em 2026, quem convencer o eleitor de que é capaz de restabelecer a ordem, pode ganhar o jogo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública confirma o diagnóstico: as facções expandiram sua influência em presídios e fronteiras. Em 2026, o tema será o grande mobilizador de votos. Lula apostará na “integração federal” e na descapitalização do crime para rebater a herança do governo anterior. Já a oposição usará resultados estaduais para denunciar a “leniência” do Planalto. ■

As peças que já se movimentam para a disputa presidencial

Lula (PT)

Pré-candidatura assumida

Ronaldo Caiado (União)

Pré-candidatura assumida

Romeu Zema (Novo)

Pré-candidatura assumida

Aldo Rebelo (DC)

Pré-candidatura assumida

Cabo Daciolo (sem partido)

Candidatura assumida

Flávio Bolsonaro (PL)

Pré-candidatura assumida

Renan Santos (Missão)

Pré-candidatura assumida,

Ratinho Jr. (PSD)

Nome à disposição

Eduardo Leite (PSD)

Nome à disposição

Tarcísio de Freitas (Republicanos)

Focado no governo estadual, sem definição



Bancada feminina do Senado: o Brasil está na 133^a posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres

WALDEMAR BARRETO

Barreiras para elas na política

Iniciativas para aumentar a representatividade feminina não avançaram em 2025. Para conquistar espaço no poder, as mulheres enfrentam desafios que vão de artimanhas no repasse de cotas de campanha eleitoral até a violência de gênero na atividade parlamentar

Larissa Pereira

Durante 2025, a representatividade feminina na política foi amplamente debatida no Congresso Nacional. Em meio a propostas de mudança no Código Eleitoral, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, em agosto, a reserva de 20% das cadeiras nas casas legislativas para mulheres e a manutenção da obrigatoriedade de 30% de candidaturas femininas por partido, com uma alteração na regra atual: as legendas não mais seriam obrigadas a excluir homens da disputa pelo pleito caso uma mulher desistisse da candidatura após o prazo legal para substituição.

No entanto, apesar de o projeto de lei complementar ter seguido para o Plenário do Senado em regime de urgência, o texto ficou parado após o prazo para recebimento de novas emendas. Assim, as mudanças já não podem valer para as eleições de 2026, mesmo que venham a ser aprovadas neste ano, por conta do princípio da anterioridade eleitoral.

Enquanto a pauta segue emperrada, o Brasil amarga a 133^a posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres, segundo a ONU Mulheres. Outros países da América Latina como Cuba, Nicarágua, México, Costa Rica,

Bolívia, Equador e Argentina estão no top 20 da lista. Desses países, Cuba é a única que não possui legislação específica para eleger mais mulheres. Já a Argentina é considerada a pioneira na implementação de medidas para aumentar a representatividade feminina.

“As mulheres são 50% da população, então, é justo, é democrático que elas sejam 50% dos que fazem as regras, dos que fazem as leis”, avalia a cientista política Tereza Sacchet, pesquisadora de questões de gênero e racial na política. “Nós caminhamos aqui a passos lentos, lentíssimos, e é necessário que a gente possa avançar para



Manuela D'Avilla: Usar as “candidaturas laranjas” para criticar cotas e financiamento para as mulheres desmerece o avanço feminino na política

data, mas não realiza nenhum tipo de campanha – para cumprir a regra.

Para Manuela D'Avilla (PSOL-RS), ex-deputada federal e pré-candidata ao Senado, apesar de a representatividade feminina no Congresso ainda ser baixa, não é justo afirmar que não houve avanços. “Ainda temos muito poucas [mulheres na política] e somos pouquíssimas ainda disputando eleições e ocupando cadeiras no parlamento. Mas somos muito mais do que éramos, né? Usar as candidaturas laranjas como elemento de destruição do avanço das cotas e do financiamento para as mulheres, é dar àqueles que nunca comemoraram a nossa conquista uma razão para celebrar”.

Cota de financiamento na prática

Os incentivos para a entrada da mulher na política são recentes. A primeira lei de cotas para candidaturas femininas foi criada em 1995, passando por melhorias em 1997. Cerca de 20 anos depois, uma nova mudança no Código Eleitoral determinou que os partidos teriam de reservar entre 5% e 15% dos recursos do fundo eleitoral para campanhas femininas. O percentual, no entanto, foi questionado no Supremo Tribunal Federal (STF), que, no início de 2018, decidiu que os recursos deveriam ser distribuídos na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, criando assim um percentual mínimo de 30% para as mulheres.

Em 2022, o Congresso Nacional promulgou uma emenda à Constituição que transformava em lei a determinação do STF, garantindo ainda a reserva de no mínimo 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV às mulheres. A contrapartida? Anistiar os partidos que não seguiram a regra estabelecida pelo STF nas eleições anteriores.

Porém, mesmo com a nova lei, os partidos seguem não priorizando as mulheres na distribuição dos recursos de campanha. É o que aponta o estudo feito por Tereza Sacchet, em parceria com os pesquisadores Hannah Aflalo,

que tenhamos mais mulheres e membros de outros grupos sociais subalternizados na política. É urgentíssimo que a gente adote medidas para mudar essa situação”, ressalta.

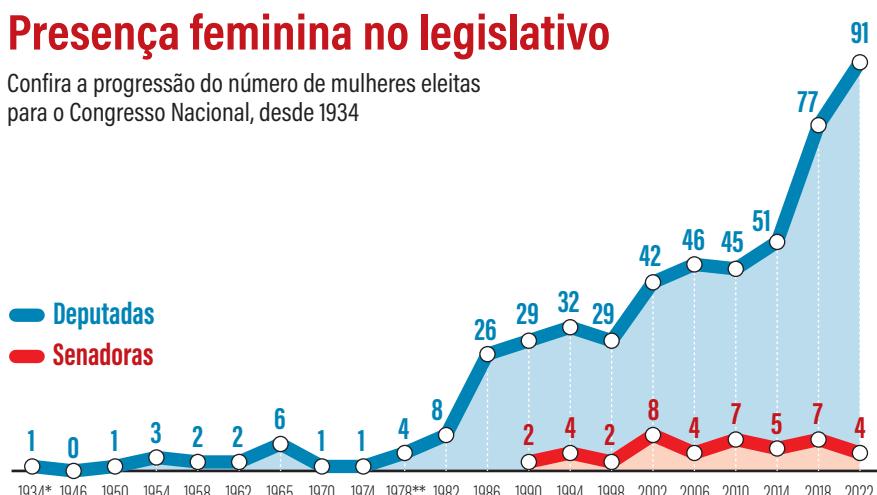
Apoiadora da reserva de cadeiras no parlamento no Brasil, a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), candidata à reeleição, conta que chegou a protocolar uma emenda para efetivar 50% de cadeiras para mulheres e 50% de cadeiras para homens na reforma do Código Eleitoral na CCJ, mas a proposta não foi aceita. “O relator, senador Marcelo Castro, não acolheu a minha emenda. E ele, como outros colegas, e

até algumas colegas, tentaram me desmotivar a protocolar. ‘Por que você vai emendar se não vai passar?’ Eu falei, ‘mas eu quero ver, eu quero assistir de camarote não passar’”, relembra.

Ainda durante as discussões sobre o tema no Congresso, o direito aos 30% de candidaturas femininas por chapa chegou a ser retirado do texto em substituição à reserva de cadeiras. Parlamentares favoráveis ao fim da medida teriam justificado que “as mulheres não cresceram na política” e que os partidos ainda estavam recorrendo a candidaturas laranjas – quando a mulher apenas é registrada como candi-

Presença feminina no legislativo

Confira a progressão do número de mulheres eleitas para o Congresso Nacional, desde 1934



* Carlota Pereira de Queirós foi a primeira deputada federal do Brasil, o direito a voto pelas mulheres só havia sido conquistado dois anos antes de sua eleição

** Eunice Michiles foi a primeira mulher a tomar posse no Senado, em 1979, após a morte de João Bosco (Arena). Ela havia ficado em segundo lugar no pleito de 1978

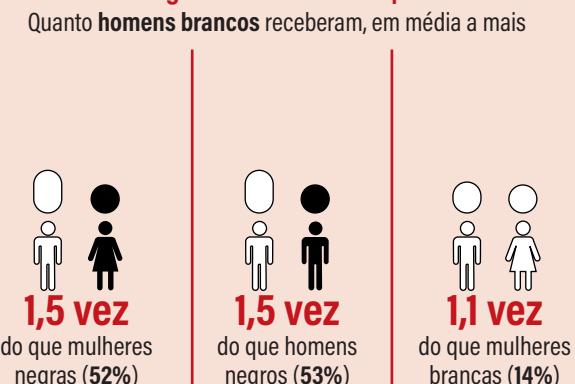
Evolução de verbas destinadas a campanhas

Estudo analisou a média de receitas públicas para deputado federal. Os valores variam da primeira à última semana da campanha e segundo os perfis. Em 2018, na última fase, mulheres brancas receberam mais verbas do que os demais. Em 2022, isso ocorreu com mulheres negras

2018

**Segunda semana de campanha****Última semana de campanha**

2022

**Segunda semana de campanha****Última semana de campanha**

Fonte: TSE

Marcus Vinícius Alves e Vanilda Chaves, que comparou os repasses realizados pelos partidos a seus candidatos durante as eleições de 2018 e 2022.

Conforme o levantamento, mulheres e pessoas negras recebem recursos

mais tarde no pleito. Tereza sustenta que é muito importante que os candidatos e as candidatas tenham acesso a recursos no início da campanha porque o período eleitoral é curto. “Mas o que a gente vê é o contrário. Só no final da

campanha é que começa a aumentar o índice de recurso repassado para mulheres e pessoas negras”, explica.

Os partidos tendem a repassar mais recursos estimáveis – como “santiinhos”, gasolina e carro de som – do



Tábata Amaral: “Ser mulher é o que torna minha trajetória mais difícil na política. Mais até do que ser jovem”

que valores em dinheiro, de fato. Isso limita a liberdade delas de decidir como utilizar os repasses. “Esse é novamente um fator de desigualdade”, salienta a pesquisadora.

O estudo chama atenção também para as transferências internas entre os candidatos. “Quando a gente olha para os dados, vê que há uma transferência muito maior de recursos de mulheres para homens, do que de homens para mulheres. Há uma diferença muito maior de pessoas negras para pessoas brancas do que o contrário. Então, a gente considera que isso podem ser estratégias utilizadas pelos partidos para fazer com que políticas criadas para potencializar uma entrada maior de mulheres e de pessoas negras na política sejam desvirtuadas e acabem funcionando para promover a entrada de mais homens na política”, defende Tereza.

Há uma tendência grande também de os partidos financiarem mais campanhas de candidatos que concorrem à reeleição, observa a cientista política. “Portanto, como temos menos mulheres e pessoas negras ocupando cargos públicos, isso acaba dificultando a eleição de novatos.”

A violência

“Ser mulher é o que torna a minha trajetória mais difícil e mais custosa na política. Mais até do que ser jovem,

ou do que ser independente, ou ter nascido em uma família muito pobre. Tudo isso obviamente vai acumulando, mas ser mulher é a principal razão para toda a violência e as ameaças que eu recebo.” A declaração da deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP) resume mais um dos problemas que atingem as mulheres, tanto de esquerda quanto de direita: a violência política de gênero.

“Infelizmente, hoje sou uma das mulheres mais atacadas do país, e aqui eu não estou falando de críticas ao meu trabalho, críticas às minhas posições, aos meus votos. Eu estou falando de ameaça de morte, ameaça de estupro, violência física, enfim, tudo que você puder imaginar, xingamentos múltiplos, ameaças à minha família, e essa violência tem um pano de fundo de eu ser mulher”, analisa a parlamentar, candidata à reeleição.

Em 2021, a violência política contra a mulher se tornou crime no Brasil. “Há estudos que demonstram que, na medida em que aumenta o número de mu-

lheres na política, aumenta a violência contra as mulheres na política, porque o espaço público é visto como um espaço essencialmente masculino, dos homens, e a política é o espaço mais evidente de poder, onde as decisões são tomadas. Então, na medida em que as mulheres ousam entrar em números maiores nesses espaços, há uma tendência a ver um aumento na violência política contra as mulheres”, pontua Tereza.

Eleita deputada federal pela primeira vez em 2006, Manuela destaca que muitas das violências sofridas por ela no início da carreira política não eram questionadas como são atualmente. “As pessoas passaram a se dar conta, a partir da ascensão do movimento feminista, que o que eu sofria eram ataques desqualificatórios, porque até então elas achavam que aquilo era o razoável, que aquele modo de me tratar era a forma que as pessoas, que as mulheres deviam ser tratadas nesses ambientes”, conta. “Talvez um dos espaços que mais reproduziu misoginia contra mim foi a mídia tradicional. O título de musa do Congresso me foi dado pelo jornal de maior circulação do Brasil, e não na internet. A internet depois, evidentemente, amplificou isso numa dimensão inenarrável”, emenda.

A ex-parlamentar afirma ainda que a decisão de não concorrer no pleito de 2022 partiu da necessidade de proteger a família, após duas eleições (em 2018

Apesar de ter sido presidenciável, Soraya Thronicke sofreu violência de gênero no partido em que estava – ela trocou o União Brasil pelo Podemos





Para Bia Kicis, é preciso uma postura suprapartidária para defender as parlamentares de ataques no Congresso, independentemente da ideologia

A parlamentar lembra que, na reforma tributária, ela articulou com o partido para ser indicada ao GT, mas, quando este foi instalado, o nome dela não estava na lista. “Até hoje ninguém sabe me dizer por que eu não fui indicada, por que fui trocada por outro homem. E aí eu tive de fazer uma articulação com 90 deputadas, do PSOL ao Novo, para ser a única mulher indicada naquele GT e depois ter sido a que mais contribuiu”, desabafa Tábata. Com isso, ela ressalta que é preciso “trabalhar o dobro” para provar competência técnica.

No espectro ideológico oposto, Bia Kicis rompeu o teto de vidro ao se tornar a primeira mulher a presidir a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), considerada o colegiado mais importante da Câmara. Para ela, a política é um ambiente hostil que exige uma postura de enfrentamento. “A mulher tem de ousar. Se ela quiser ocupar o mesmo espaço que os homens, ela tem de brigar. Ninguém vai brigar por você”, afirma. A deputada, que pretende concorrer ao Senado pelo Distrito Federal neste ano, ainda provoca as legendas progressistas: “As únicas mulheres que já presidiram a CCJ foram eu e a Carol De Toni, do meu partido. Cadê as mulheres de esquerda? Por que os partidos de esquerda não apoiam as suas deputadas para presidir essas comissões dominadas pelos homens?”.

Já Manuela D’Ávila propõe uma reflexão sobre a própria hierarquia dos temas. Para a ex-deputada, classificar saúde e educação como “pautas específicas” ou menores em relação à economia é um erro conceitual que desvaloriza a base da sociedade. “Quem define quem está falando sobre a totalidade e sobre a parte? Para mim, está falando sobre ‘parte’ quem não fala sobre creche, sobre descanso depois de uma jornada exaustiva, sobre equipamentos públicos”, argumenta. “A gente precisa inverter a lógica sobre o que é uma agenda considerada universal”, defende a pré-candidata ao Senado. ■

e em 2020) em que precisou enfrentar “uma máquina muito violenta do bolsonarismo que sempre me colocou no centro do seu ecossistema de desinformação, ódio e misoginia”.

Ataques assim, geralmente intensificados durante o período eleitoral, representam “um desafio” para Soraya Thronicke. “Se eu, que participei de uma campanha presidencial em 2022, se eu, com a atitude que tenho com o microfone, eu sofri violência política de gênero até dentro do partido [na ocasião, ela era filiada ao União Brasil], imagine o que as outras mulheres sofrem”, diz.

Ex-presidente da CCJ da Câmara, a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) afirma que, por sua postura firme, acaba “não se deixando constranger muito”. No entanto, revela já ter presenciado colegas serem assediadas. Por outro lado, a parlamentar afirma que, quando presidiu a CCJ, os homens teriam sido muito mais respeitosos com ela. “Eles me aceitaram muito mais do que as mulheres de esquerda; elas fizeram de tudo para me derrubar, por quê? Eu falei assim: ‘não estou entendendo, o lugar de mulher não é onde ela quiser?’ Aí, eu até brincava: lugar de mulher é onde ela quiser, menos na CCJ, pelo visto”.

Para Bia, é necessária uma postura suprapartidária no combate à violência. “Acho que a gente precisa ter essa honestidade de defender as mulheres independentemente do espectro ideológico. Não é possível querer que só uma mulher de direita, por exemplo, possa estar no parlamento, ou alguém de esquerda achar que só da esquerda pode. Isso não é correto. A gente tem

de respeitar todas as mulheres que são eleitas, porque cada uma ali representa um segmento da população”, pondera.

Briga por espaço

Além da barreira numérica dentro do Congresso, as parlamentares enfrentam ainda um desafio qualitativo: a segregação temática. Historicamente, a participação feminina no Legislativo é direcionada para comissões ligadas ao “cuidado”, como direitos humanos, educação e segurança social, enquanto o chamado “núcleo duro” — economia, orçamento e segurança pública — permanece sob domínio masculino.

Para a senadora Soraya, essa divisão funciona como cortina de fumaça. “As indicações de relatorias para nós ficam no campo da saúde, das doenças raras, do meio ambiente. Não estou tirando a significância disso, mas entendo que enquanto trabalhamos nessas pautas, estamos sendo distraídas”, avalia.

Segundo ela, a ausência feminina onde se define o destino do dinheiro público tem consequências práticas desastrosas. “O poder está no orçamento e na economia. Tanto que, no antigo governo [do ex-presidente Jair Bolsonaro], 90% do orçamento para combater a violência contra a mulher foram cortados. Nós precisamos estar dentro destes espaços e não somos designadas para tal”, completa.

Na Câmara, Tábata sentiu o peso dessa exclusão ao ser a única mulher a integrar o grupo de trabalho da reforma tributária e do imposto de renda. Mesmo com formação em Astrofísica e Ciência Política, ela relata ter sido alvo de estereótipos de que “mulher não sabe fazer conta”.



Para Vital do Rêgo, do TCU, o tribunal cumpre suas responsabilidades como instância de controle de segunda linha

Desgaste interno

Após pedido de inspeção de documentos do Banco Central no caso Master e sugestão de reversão da liquidação da instituição, presidente do TCU ressalta que essa decisão cabe ao STF

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, afirmou na quarta-feira, 7, que uma eventual reversão da liquidação do Banco Master não caberia à corte de contas, mas sim ao Supremo Tribunal Federal (STF). O tema alimentou discussões em Brasília a respeito de excessos do TCU, que se reposicionou. Vital do Rêgo destacou que já existe processo aberto na Suprema Corte e que o papel do TCU se limita a fornecer elementos sobre a legalidade da decisão tomada pelo Banco Central (BC).

“O processo de ‘desliquidação’ do Master não cabe ao TCU, cabe ao Supremo Tribunal Federal”, disse o ministro em entrevista à Reuters. “Agora, o que o TCU pode oferecer, como vem oferecendo ao Supremo, são elementos sobre a apuração da legalidade da operação”, explicou.

O relator do caso no TCU, o ministro Jonathan de Jesus, ex-deputado

federal (Republicanos-RR), afirmou na segunda-feira, 5, que poderia considerar medidas cautelares para impedir a venda de ativos durante a liquidação do Master, com o objetivo de preservar o valor do patrimônio e garantir a utilidade da fiscalização externa. Ele também havia determinado a inspeção in loco dos documentos que embasaram a decisão do Banco Central.

O BC contestou a iniciativa, dizendo que medidas desse tipo deveriam ser tomadas pelos colegiados do tribunal. Qualquer ação individual de um ministro teria caráter temporário e precisaria ser confirmada pelos nove membros do TCU, segundo o regimento interno.

As propostas de Jonathan de Jesus teriam sido criticadas inclusive dentro do TCU. Na quarta-feira, 7, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) protocolou representação junto à Procuradoria-Geral da República (PGR), pedindo investigação sobre o relator por suspei-

ta de abuso de autoridade no caso do Master. Também solicitou a suspensão imediata das determinações do TCU relacionadas ao caso.

Na entrevista, Vital do Rêgo enfatizou que não está “ao lado do relator”, mas sim da atribuição da corte de contas. O ministro também evitou comentar o vazamento para a imprensa de uma mensagem enviada a outros ministros do TCU em que defendia a atuação do tribunal.

O Banco Central decretou a liquidação do Master em novembro, citando problemas de liquidez e violações regulatórias. Na mesma data, a Polícia Federal informou a prisão do acionista controlador Daniel Vorcaro, investigado por fraudes com títulos de crédito. Ele foi posteriormente libertado mediante uso de tornozeleira eletrônica.

Embora o Banco Master represente menos de 1% dos ativos do sistema financeiro, a liquidação gerou atenção porque a instituição havia crescido rapidamente emitindo dívidas de alto rendimento divulgadas como cobertas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Investidores aguardam possíveis resarcimentos, mas a liberação de cerca de R\$ 41 bilhões — aproximadamente um terço do caixa do FGC — está suspensa enquanto o caso é analisado em processos sigilosos no TCU e no STF.

Vital do Rêgo afirmou que o tribunal “está cumprindo rigorosamente suas responsabilidades como instância de controle de segunda linha” e que o tema deve ser tratado sem “alarme desnecessário”. Também reiterou que o TCU respeita a autonomia do Banco Central e frequentemente atua em cooperação com a autoridade monetária.

Sobre alegações de possível instrumentalização política do TCU, o ministro foi taxativo: “A origem do processo está no Ministério Público”, disse. O MP junto ao TCU atua de modo independente. “A provocação não veio pelo Congresso Nacional. Essa representação foi motivada pelo Ministério Público”, reforçou. ■



Para Fernando Haddad, o atual arcabouço fiscal, que está desacreditado por analistas, pode passar por “aprimoramentos”

rio com déficit zero) com margem de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, o equivalente a cerca de R\$ 31 bilhões.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, acredita na entrega do resultado dentro da meta embora no limite inferior da banda. Para isso, contudo, algumas despesas deverão ser desconsideradas, no âmbito do que é permitido por legislação. “Em nossa projeção, o déficit primário vai ser 0,6% do PIB. Isso vai permitir que a meta seja cumprida usando a banda inferior dela, retirando os precatórios que podem ser descontados”, disse o economista. É uma estimativa em linha com a do Itaú, de acordo com o relatório mais recente do banco.

No ano à frente, contudo, o cenário é distinto. Para 2026, o governo precisará buscar superávit, como estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). “A expectativa é um déficit, em 2026, de 0,7% do PIB, o equivalente a R\$ 92,4 bilhões, mas quando a meta é de um superávit de R\$ 34,3 bilhões, com a banda inferior em zero”, continua Salto. Rafaela Vitoria, economista-chefe do banco Inter, faz projeção aproximada: é calculado um déficit primário de R\$ 96 bilhões (0,7% do PIB), mesmo considerando o piso dela e os pagamentos não inclusos, de R\$ 57 bilhões. Essa última cifra equivale às despesas que o governo pode retirar da conta do resultado primário porque há autorização legal.

A meta fiscal de 2026, na visão de Salto, precisará ser alterada e o tema deverá estar presente no primeiro relatório bimestral do Ministério da Fazenda. Já Rafaela, por ora, não acredita nessa revisão. “A diferença pode ser em parte contingenciada, em parte com alguma despesa sendo excluída do cálculo, ou novamente com a busca de receitas extraordinárias, ainda não estimadas no orçamento”, declarou.

O cenário de rombo nas contas públicas não é um resultado apenas da atual gestão. Ao longo da última década, o Brasil registra consecutivos déficits

O nó do governo

Desafio é acertar o passo das contas públicas para cumprir as metas e não desestabilizar o ambiente econômico às portas das eleições 2026

Alexandre Inacio

As contas públicas de um governo são muito parecidas com a rotina financeira das famílias. Imagine que você administra uma casa onde, mês a mês, seus gastos são maiores do que suas receitas. Para cobrir o buraco, a solução é recorrer ao cheque especial. No começo, funciona, mas com o tempo os juros sobem tanto que você começa a trabalhar apenas para pagar o juro da dívida, sem conseguir tocar o dia a dia da casa. Guardadas as devidas proporções, é exatamente esse o drama que o Brasil vive hoje em suas contas públicas. Os números mais recentes mostram que a corda segue esticando – e se esse já é um dos grandes desafios do atual e próximo governo federal, independentemente de quem vença o pleito eleitoral de 2026.

Como o governo central é um dos maiores compradores e investidores da economia, seus passos afetam todo o cenário de juros e inflação. O dado mais recente do Banco Central evidencia que, entre janeiro e novembro de 2025, o governo já gastou R\$ 80,3 bilhões a mais daquilo que conseguiu arrecadar no período. Chamado de déficit primário, esse valor ainda não contabiliza os juros dos tais empréstimos contratados ao longo dos anos, que precisam ser pagos. Logo, o buraco é maior. Apesar do rombo no acumulado do ano, contudo, o governo deve fechar 2025 dentro da meta fiscal definida, acreditam especialistas. Em 2024 e 2025, os primeiros anos após a aprovação do arcabouço fiscal, a meta foi de equilíbrio das contas (resultado primá-

primários, ora maiores, ora menores, afetando seguidamente o ambiente econômico. É que quando o governo gasta mal ou gasta mais do que arrecada, ele precisa pegar mais dinheiro emprestado no mercado. Como a dívida aumenta, o risco de não pagamento segue, e os investidores exigem juros maiores.

Tentativa de controle

Em 2023, a atual gestão propôs o arcabouço fiscal, aprovado pelo Congresso Nacional. De forma resumida, a regra determina que o governo só pode gastar 70% daquilo que é arrecadado. Caso não seja cumprida, o percentual de gastos no ano seguinte cai para 50% da receita. Mas nem todo gasto do governo entra nessa contabilidade. Existem exceções como recursos aplicados em desastres e despesas das universidades públicas. O problema é que essa lista tem crescido.

Um relatório divulgado em dezembro pela Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão técnico ligado ao Senado que funciona como um vigia das contas públicas, trouxe esse alerta. Nos primeiros anos de vigência do arcabouço fiscal, o governo gastou R\$ 170 bilhões por fora das regras fiscais vigentes, mas que, ao mesmo tempo, são exceções que a própria lei já pressupunha. “Estamos vivenciando uma fragilização do arcabouço por conta das excepcionalizações. Gasto é gasto, despesa é

Rafaela Vitoria, economista-chefe do banco Inter, por enquanto não acredita em revisão da meta fiscal de 2026



Marcus Pestana, da Instituição Fiscal Independente (IFI): “Estamos vivenciando uma fragilização do arcabouço por conta das excepcionalizações”

despesa. Do ponto de vista macroeconômico, o que importa é se está gerando déficit e dívida ou não. É aí que você tem um esvaziamento da credibilidade do arcabouço”, disse Marcus Pestana, diretor-executivo da IFI.

Na prática, esses gastos excepcionais se equivalem a uma contabilidade paralela, onde despesas com precatórios, aportes em estatais e gastos militares e com segurança, além de compensações para o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, não entram no limite principal de gastos estabelecido pelo arcabouço fiscal. No mercado financeiro e para muitos economistas já há clareza que a regra perdeu credibilidade. Mesmo diante do quadro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem demonstrado desconforto com a pressão dos agentes mercadológicos. Ele afirma que há falta de reconhecimento sobre os esforços feitos para organizar as contas.

“O arcabouço fiscal foi inspirado no sistema de metas inflacionárias, com as bandas pensadas para absorver choques externos, eventualidades não planejáveis e não para gastos. Precatório é totalmente planejável e não tem motivo para ser excepcionalizado. Com o orçamento cada vez mais engessado, criam-se essas gambiarras e o arcabouço perde as suas funções básicas”, reforçou Pestana.

Para Salto, está mais clara a necessidade de se discutir uma agenda estruturante para 2027, a ser definida ainda em 2026. “Independentemente de quem ganhe a eleição, essa agenda vai se impor. Vamos estar com uma taxa

de juros ainda muito alta, a dívida vai continuar aumentando e, também, um déficit muito grande. Algum ajuste fiscal no primeiro ano vai ter de ser feito”, disse Salto.

Haddad reconhece essa necessidade. Em um café com jornalistas, o ministro disse que o governo precisará promover novas reformas econômicas a partir de 2027 para garantir a sustentabilidade das contas públicas, e que o atual arcabouço fiscal pode passar por “aprimoramentos”. Mas ele reforça que não há razão para alterar sua estrutura central. “Vamos fixar uma meta exigente, demandante, mas possível de cumprir. É assim que estamos reconstruindo as contas públicas”, reforçou. ■

Felipe Salto, da Warren: com taxa de juros ainda muito alta e dívida aumentando, algum ajuste fiscal no primeiro ano do novo governo terá de ser feito

REPRODUÇÃO



DIVULGAÇÃO





A empresa cresceu em mercados como Ásia e América Latina, em especial pelos preços competitivos

DIVULGAÇÃO

Virada chinesa nos elétricos

BYD supera Tesla e assume a liderança global com 2,26 milhões de veículos vendidos em 2025

A BYD chegou ao topo do mercado global de veículos elétricos, um processo que construiu ao longo de 2025. A gigante chinesa alcançou uma marca histórica: foram vendidas 2,26 milhões de unidades durante o ano. O número, divulgado em comunicado à bolsa de Hong Kong, onde está listada, confirma um movimento que vinha se desenhando desde meados da década: a consolidação das empresas chinesas em um setor estratégico e altamente competitivo, que até então tinha a norte-americana Tesla como referência incontestável.

A ultrapassagem é significativa. Em 2024, a companhia do magnata Elon Musk ainda mantinha vantagem — 1,79 milhão de veículos comercializados contra 1,76 milhão da chinesa. Um ano depois, porém, o cenário se inverteu de forma contundente. A montadora norte-americana somou cerca de 1,64 milhão de entregas em 2025, uma redução de 9% em relação ao exercício anterior. O resultado foi pressionado por um quarto trimestre fraco, com 418.227 unidades — abaixo das 449 mil previstas por analistas ouvidos pela consultoria FactSet. A desaceleração

amplia a distância em relação à BYD, cujo crescimento foi consistente mesmo diante de tarifas e barreiras comerciais em países estratégicos, como os Estados Unidos.

Parte dessa virada decorre da robustez do mercado doméstico chinês, o maior do mundo em veículos elétricos. Fundada em 1995 como fabricante de baterias em sediada em Shenzhen, a BYD consolidou um ecossistema verticalizado de produção que lhe garante vantagem competitiva em custo, escala e autonomia tecnológica. Além disso, a empresa investiu agressivamente na combinação entre elétricos puros e híbridos, ampliando seu alcance entre consumidores que ainda enfrentam limitações de infraestrutura de carregamento em diversas cidades globais.

A Tesla, por sua vez, sofreu impacto direto de fatores externos e políticos. Nos Estados Unidos, a eliminação no fim de setembro do ano passado do crédito fiscal de US\$ 7.500 — equivalente a mais de R\$ 41 mil, em cotação atual — derrubou a demanda e desorganizou previsões de mercado. Analistas indicam que o ritmo de estabilização das vendas deve ser lento, já que o incentivo

fiscal era um dos pilares para a adoção dos elétricos no país. Há mais um fator que impactou os negócios da empresa da Califórnia, indicam analistas: a associação pública de Musk ao presidente Donald Trump e a políticos de extrema direita. Esse vínculo teria desgastado a imagem da marca em mercados-chave, contribuindo para a queda nas entregas.

Outro ponto crítico é a intensificação da concorrência internacional. A Tesla enfrenta simultaneamente a pressão das montadoras chinesas e de fabricantes europeus, que aceleraram investimentos em transição energética, novas plataformas e modelos mais acessíveis. A BYD, mesmo afetada por altas tarifas nos Estados Unidos, ampliou sua presença global com exportações crescentes para a Ásia, América Latina e Europa, em especial com modelos competitivos em preço e autonomia.

Por outro lado, Musk já declarou que a queda nas vendas de veículos elétricos é menos relevante neste momento para a companhia. Isso porque, na visão do magnata, o futuro da Tesla estaria mais ligado ao serviço de robótaxis sem motorista, ao negócio de armazenamento de energia e ao desenvolvimento de robôs para uso doméstico e industrial. Enquanto isso, a BYD acelera no mercado mundial, reconfigurado com essa nova liderança. ■



*Em coletiva de imprensa,
Trump detalha a invasão
à Venezuela e menciona
Doutrina Monroe*

JONATHAN ERNST

Trump estabelece nova ordem mundial

Com a invasão da Venezuela, presidente dos EUA escanteia multilateralismo, ameaça outras nações, cria instabilidade e instiga divisão do mundo com China e Rússia

João Vitor Revedilho

Não é recente a cisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pela Venezuela. Ainda em 2017, durante seu primeiro mandato na Casa Branca, o republicano defendia uma operação militar em terras venezuelanas para derrubar o ditador Nicolás Maduro, no comando do país desde 2013. Trump conversava com jornalistas durante uma partida de golfe em seu clube quando cogitou um ataque militar ao país. “Temos muitas opções a respeito da Venezuela, incluindo uma opção militar, se for necessário”, afirmou na época.

A fala foi corroborada tempos depois, quando disse que já teria tomado ações contra o venezuelano se tivesse sido reeleito em 2020. No início do ano, a hipótese se tornou real. Era madruga da de sábado, 3, quando militares americanos invadiram a Venezuela e prenderam Maduro, em uma ação questionada por especialistas e até pela mídia norte-americana. A Casa Branca afirmou que a prisão era necessária para cumprir um mandado em aberto contra o ditador, acusado pelo governo Trump de narcoterrorismo e de comandar o suposto Cartel de los Soles. Ambas as acusações caíram por terra pela Justiça americana, que manteve a denúncia por “conspiração ao narcoterrorismo” e para o tráfico de cocaína. Além disso, o governo americano dizia tentar “restabelecer a democracia”, após anos do comando de Maduro.

Apesar dos porquês, a ação dos Estados Unidos sobre a Venezuela tem um ponto crucial: o petróleo. Desde a invasão, Trump menciona repetidas vezes que a Casa Branca irá controlar a produção do combustível venezuelano. O país conta com a maior reserva petrolífera do mundo, com 303 bilhões

de barris. Nos últimos dias, emissários do governo americano passaram a fazer exigências ao Palácio de Miraflores, sede do governo venezuelano, para apaziguar as relações. Entre as determinações estão o fornecimento exclusivo de petróleo para os EUA, controle sobre os valores arrecadados com a venda do combustível, além da proibição da exportação do produto para Rússia, Irã e, principalmente, China. Esse é um ponto fundamental para entender o movimento de Trump.

Desde os primórdios, a relação entre Estados Unidos e China foi de amor e ódio. Mais recentemente, no segundo semestre de 2025, as ações tarifárias da Casa Branca provocaram retaliações do presidente Xi Jinping, que logo passou a controlar as exportações de terras raras para o governo americano. Os minerais são essenciais para a tecnologia de defesa e para a fabricação de baterias para carros elétricos, entre outros usos industriais. A situação foi arrefecida em outubro, após uma negociação costurada durante a Cúpula de países do Sudeste Asiático, na Malásia, em que o governo chinês suspendeu o controle da exportação dos minerais por um ano.

Mesmo assim, o controle da Casa Branca sobre o petróleo venezuelano é uma estratégia para manter os chineses pressionados. Atualmente, a China é a maior compradora do combustível da Venezuela, embora essa importação represente apenas 4% do seu total marítimo. No pano de fundo, os EUA pretendem explorar sua nova condição na Venezuela para forçar os chineses a atenderem seus pedidos e tentar, de alguma forma, enfraquecer Xi Jinping.

“A estratégia dos EUA não visa ‘cortar a energia da China’, mas sim

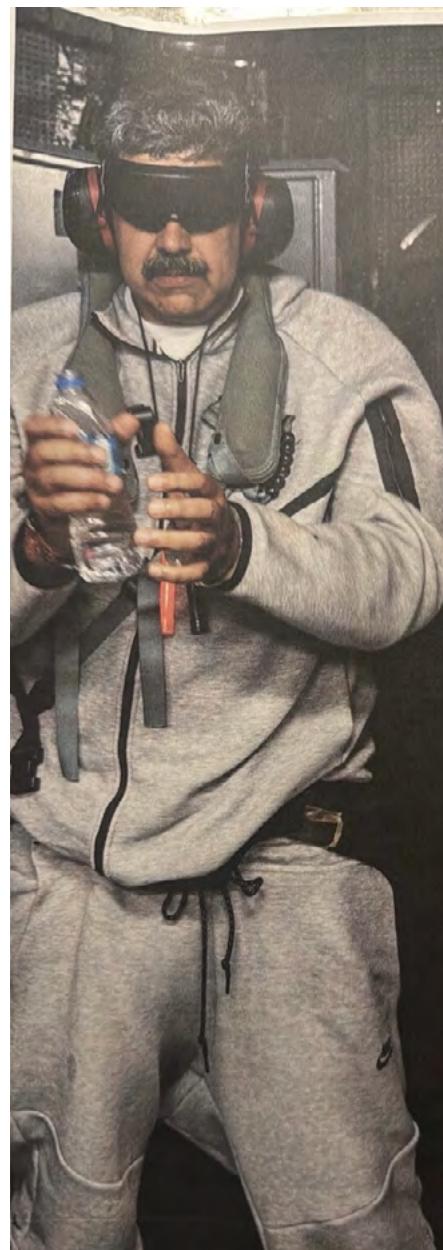


Foto de Maduro com tampão, fones de ouvido e roupas de moletom viralizou

usar o petróleo venezuelano como instrumento de barganha em três frentes: reorganizar fluxos e preços dos petróleos pesados (Venezuela, Irã, Rússia) e forçar substituições; ampliar o controle dos EUA sobre a oferta, destinos e receitas venezuelanas; e tornar a Venezuela um exemplo de coerção para outros parceiros do Sul Global", avalia João Alfredo Lopes Nyegray, especialista em geopolítica e coordenador do Observatório de Negócios Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

No discurso que fez ao explicar a invasão, Trump referiu-se à Doutrina Monroe, proclamada em 1823 no mandato do presidente James Monroe, para justificar o controle sobre a Venezuela. O conceito tem como lema "a América para os americanos" e foi elaborado para mandar recados à Europa de que o continente americano não aceitaria novas colonizações. O presidente norte-americano rebatizou o termo como "doutrina Donroe" para reafirmar que todo o continente americano é zona de influência dos Estados Unidos.

EDUARDO MUÑOZ



Na segunda-feira, Maduro foi levado ao tribunal de Nova York, onde negou as acusações imputadas pelo governo americano

O argumento da tese reforça os anseios imperialistas de Trump e sua tentativa de reorganizar as potências mundiais. Na nova ordem mundial, Estados Unidos, Rússia e China disputam o poder. "Há sinais de que essas áreas de influência devem se consolidar. Os

EUA já indicam, em seu documento de segurança nacional, que veem o mundo se dividindo em zonas de influência — e defendem o hemisfério ocidental como sua esfera de domínio, retomando uma política imperialista e intervencionista", disse Denilde Holzhacker, cien-

Meses de preparação, duas horas para a execução

Eram 2h da manhã do sábado, 3, quando helicópteros passaram a sobrevoar o céu de Caracas, capital da Venezuela. Bombardeios foram registrados em três pontos da cidade, que estava na escuridão após um ataque à usina que sustentava a energia da região. Ao mesmo tempo, membros da Força Delta chegaram ao Fuerte Tiuna, complexo militar no sul da capital. A Delta é a equipe de elite do exército americano, que atuou em outras operações como a captura e o assassinato de Osama Bin Laden, terrorista responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001.

Ao chegarem, militares trocaram tiros com a guarda de Maduro, composta basicamente por cubanos. Vendo o ataque de perto, o presidente venezuelano tentou se esconder em um bunker junto com a esposa, Cilia Flores. Não houve tempo. Ao tentar fechar a porta, eles já ouviram os americanos decretando a prisão. De lá, foram de helicóptero até uma embarcação que navegava pelo Caribe há semanas. Em uma

foto tirada pelas autoridades americanas — e que logo viralizaram —, Maduro estava de tampão, fones de ouvido e roupas de moletom claras.

Toda a ação durou cerca de duas horas. Foram meses de planejamento das autoridades americanas. O Capitólio, sede do legislativo americano, não tinha ideia do que estava por vir e os democratas chegaram a questionar a legalidade da operação. O mesmo aconteceu na Organização das Nações Unidas (ONU), que foi cobrada a dar um posicionamento e se limitou a dizer que a ação desrespeita o direito internacional.

"A invasão dos EUA viola e desrespeita a soberania e integridade territorial da Venezuela. Há apenas duas exceções que autorizam a intervenção militar em outro país: autorização do Conselho de Segurança e legítima defesa. Como nenhuma dessas condições foi atendida no caso da Venezuela, a invasão é ilegal perante o direito internacional", afirma Priscila Caneparo,

advogada e doutora em Direito Internacional.

Horas depois, Maduro chegou aos EUA, pousando no aeroporto de Nova York ao anoitecer. Com algemas nos braços e roupa escura — peças que trocou durante o voo —, o ditador venezuelano foi entregue ao FBI e à agência de repressão às drogas (DEA). Após os trâmites e fotos tiradas, foi levado para um presídio no Brooklyn, conhecido por abrigar diversos famosos e temido pela precariedade e violência interna.

Na segunda-feira, 5, Nicolás Maduro e Cilia Flores foram levados pela primeira vez ao tribunal de Nova York. Negaram todas as acusações imputadas pelo governo americano. Posteriormente, a Justiça dos EUA se viu obrigada a recuar das acusações de narcoterrorismo, alterando a caracterização para conspiração ao narcoterrorismo. Foi a primeira vez em que a Casa Branca reconheceu a não existência do Cartel de los Soles, do qual Maduro tinha sido apontado como líder.



Controle dos EUA sobre petróleo da Venezuela gera tensão com China de Xi Jinping

provavelmente provocaria uma resposta americana”, ponderou a professora da ESPM.

Ao mesmo tempo em que tentam equalizar suas próprias forças, Estados Unidos, Rússia e China ignoram um princípio básico imposto pela ONU após a Segunda Guerra Mundial: o multilateralismo. Embora as organizações internacionais já estejam em fase de enfraquecimento há alguns anos, a tese ainda dava certo poder a União Europeia, cada vez mais afastada do protagonismo em meio à reorganização das potências mundiais. “A gente tem sim essa ideia de que se afasta o multilateralismo e se volta justamente para uma ordem tripolarizada entre China, Rússia e Estados Unidos. Quando fala América para os americanos, Trump quer dizer: ‘a América é dos americanos, mas sou eu quem manda nesse quintal. China manda no Extremo Oriente e a Rússia manda na Eurasia’”, explicou Priscila Caneparo, advogada e doutora em Direito Internacional.

tista política e professora de relações internacionais da ESPM.

O mesmo pensamento dominam russos e chineses. O presidente Vladimir Putin usou sua força militar para dominar a Ucrânia em busca da tomada do lado leste do país, numa guerra que se arrasta por quase três anos. Já a China está de olho em ter controle sobre Taiwan, Estado soberano não reconhecido pelo governo chinês e pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que conta com um enorme polo de tecnologia mundial. “A Rússia age de forma similar na Ucrânia, e a China também reage com firmeza em relação a Taiwan, embora, internacionalmente, ainda defenda a ordem multilateral e a cooperação via acordos. Portanto, a ordem que se molda é de disputa por poder nessas áreas, mas ainda com nuances nas relações fora desses espaços de influência”, completou Denilde.

Mas, embora a ideia da distribuição de forças mundiais seja real, a tese é relativamente instável. “A ideia de uma ‘nova ordem’ com esferas de influência estanques entre EUA, Rússia e China é uma simplificação instável. Embora essas potências usem uma retórica de zonas exclusivas (como a Doutrina Monroe), a realidade global é mais porosa: economias, cadeias de suprimentos e infraestruturas críticas estão profunda-

mente conectadas”, reforçou Nyegray, que pontua a possibilidade de abertura de precedentes para outros países. “Ao derrubar ou capturar uma liderança estrangeira sem aval multilateral, os EUA reduzem o custo reputacional desse gesto, criando um precedente que outras potências podem invocar. Assim, em vez de um mundo de esferas bem delimitadas, caminhamos para um cenário competitivo e sobreposto, cheio de fricções. Nesse contexto, a América Latina deixa de ser um espaço protegido por normas e se torna um campo de demonstração de força e barganha entre as grandes potências”, afirmou.

A fala faz referência ao caso de Taiwan. O governo Xi Jinping já aplicou sanções ao Japão, que se opõe à possibilidade de tomada da ilha. Todavia, uma possível entrada da China no local pode gerar retaliação da Casa Branca. “Especialmente desde dezembro, a China adotou uma postura mais ofensiva, sugerindo que esse cenário é plausível. Um conflito em Taiwan seria diferente do caso venezuelano, devido à importância estratégica da ilha: ela abriga uma das principais bases de produção de chips do mundo, essenciais para a indústria americana. Portanto, os EUA deixam claro em documentos oficiais que Taiwan é um interesse estratégico nacional. Uma ação chinesa

Groenlândia e Colômbia

Ao mesmo tempo em que Trump quer o controle do petróleo venezuelano, ele mira seu próximo alvo de “aquisição”. Desta vez, a Casa Branca quer assumir a Groenlândia, ilha sob administração dinamarquesa, mas que os Estados Unidos querem como seu 51º estado. Logo após o ataque à Venezuela, o governo passou a intensificar as negociações para fechar um acordo relativo à ilha.

Em coletiva, a secretária de Imprensa dos Estados Unidos, Karoline Leavitt, disse que a Casa Branca já prepara um valor razoável para adquirir a ilha, que possui governo próprio. Trump, em conversa com jornalistas, não descartou a possibilidade de uma ofensiva militar na região. Por estar entre o Atlântico Norte e o Ártico, a Groenlândia é vista como essencial para a segurança militar e para o sistema de alerta de mísseis balísticos americanos. Além disso, Trump quer monitorar navios e submarinos nucleares russos e chineses que navegam pela região. Ainda há interesses sobre a exploração de minerais, como urânio, gás natural e petróleo, que tem sua exploração proibida pela Dinamarca desde 2020.



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

A vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu o comando do país; Trump disse que ela terá de colaborar ou “pagará um preço muito caro”

Os governos dinamarquês e garenlandês reagiram: pediram o fim das hostilidades e apontaram que qualquer ataque à ilha resultaria no fim da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), aliança militar prioritária para o governo estadunidense.

Outro alvo de Trump é a Colômbia, comandada por Gustavo Petro. Em coletiva, o mandatário americano não descartou uma ação militar na região. “Ele tem rotas de cocaína, tem fábricas onde é produzida cocaína, então eu mantendo o que disse anteriormente: ele está produzindo cocaína e depois enviando para os EUA, então, sim, tem que ficar esperto”, ameaçou o republicano.

“O direito internacional não autoriza um Estado a agir como ‘xerife do mundo’, como sugere Trump sobre a Colômbia, que é uma democracia com eleições regulares. A intervenção americana provavelmente não será militar, mas indireta, por meio de guerra híbrida, com manipulação de conteúdos digitais para influenciar as eleições. A falta de condenação internacional à ação na Venezuela abre precedente para essa escalada”, reforçou Priscilla.

A relação entre Estados Unidos e Colômbia, todavia, está parcialmente apaziguada. Na quarta-feira, 7, Trump e Petro conversaram por telefone e marcaram de se encontrar nos próximos meses.

Manutenção do chavismo

Apesar dos argumentos da Casa Branca de mirar Maduro e o restabelecimento da democracia na Venezuela, o regime chavista, ou madurista, se manteve intacto após a operação dos EUA. Principal aliada de Maduro, Delcy Rodríguez, vice-presidente do país, assumiu o comando com o aval das Forças Armadas e do Supremo Tribunal venezuelano. Ambos os órgãos contam com aliados do ditador deposto em suas cadeias de comando.

Delcy sempre esteve ligada ao regime venezuelano. Foi apoiadora de Hugo Chávez, mas nunca foi devidamente valorizada por ele. Passou a ser uma aliada de primeira ordem de Maduro, de quem foi ministra e, posteriormente, escolhida para ser a número 2 dele. Apesar dos últimos diálogos com os EUA, Delcy é vista como mão de ferro do madurismo, com acusações de ter um perfil mais ditatorial que o antecessor. Entretanto, foi ela que iniciou as tratativas com a Casa Branca há alguns meses para avançar nas negociações sobre a exploração e a venda de petróleo no país.

Mesmo que digam haver planos para a transição governamental na Venezuela, Trump e o secretário de Estado Marco Rubio têm dado suporte para a manutenção de Delcy no poder. De acordo com eles, a presidente interina tem colaborado e que poderá “pagar

um preço muito caro” caso não atenda os pedidos da Casa Branca. A decisão ignora a oposição da Venezuela, que tem María Corina Machado, vencedora do prêmio Nobel da Paz em 2025, como figura central. Ela chegou a dedicar o prêmio a Trump, mas o presidente americano a vê fraca perante os eleitores e o setor empresarial do país sul-americano.

Por trás da manutenção do regime chavista, no entanto, vem a tentativa de se evitar uma guerra civil no país e dar mais estabilidade para o próprio Trump e os Estados Unidos. Outro fator colocado para a continuidade do regime é o apoio das Forças Armadas venezuelanas a Delcy, além das garantias de acesso mais controlado que a Casa Branca terá sobre o petróleo venezuelano. “A estratégia é menos belicosa: manter figuras do próprio regime chavista, como a vice de Maduro, para garantir uma transição controlada que preserve o acesso ao petróleo com estabilidade. Essa abordagem busca o apoio das Forças Armadas venezuelanas — historicamente decisivas na América Latina — e evita uma ruptura brusca, que poderia provocar uma guerra prolongada. No fundo, é uma tentativa de obter os recursos venezuelanos com o menor custo político e militar possível”, explica Robson Carvalho, cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB). ■



BERNADETT SZABO/REUTERS



Os premiês Orbán, da Hungria (à dir.), e Netanyahu, de Israel, testam longevidade política

Escolhas cruciais

Eleições de presidentes e parlamentares acontecem neste ano em mais de uma dezena de países, da América Latina à Ásia, em meio a conflitos e interesses das grandes potências

A agenda eleitoral neste ano está mobilizando a atenção de muita gente, bem além dos eleitores de cada país que redefinirá seus governantes e parlamentares a partir de 2026. Nações como Hungria e Israel vão testar a longevidade política de seus respectivos premiês – no caso, Viktor Orbán e Benjamin Netanyahu. Na Alemanha, os pleitos estaduais podem abrir porta para a ultradireita. Peru e Bangladesh vão votar lideranças após crises internas. Colômbia irá às urnas para escolher seu presidente, em um momento em que o governo de Donald Trump eleva o tom intervencionista sobre outras regiões do planeta – e também nos EUA haverá uma intensa disputa no legislativo. Não há dúvida de que 2026 será marcado por uma série de eleições cruciais, envolvendo América Latina, Europa, Oriente Médio e Ásia. Confira como será a corrida eleitoral neste ano em alguns

países. Vale ressaltar que haverá ainda uma larga movimentação no quadro político do Brasil, com a população elegendo presidente, governadores, deputados estaduais ou distritais, deputados federais e senadores.

Bangladesh

Em fevereiro, país realizará a primeira eleição desde a queda da premiê Sheikh Hasina, derrubada em 2024 por uma revolta liderada por estudantes após 15 anos de governo autoritário. O país é administrado interinamente por Muhammad Yunus, mas a tensão permanece com novos protestos e assassinatos de lideranças estudantis. A eleição ocorrerá junto a um referendo para uma nova Constituição. O campo está fragmentado: o Partido Nacionalista, alvo da primeira-ministra hoje exilada na Índia, tenta se reorganizar, o Jamaat-e-Islami articula uma coalizão

islamista e o Partido Nacional de Cidadãos defende a criação de uma “Segunda República”. A antiga Liga Awami está proibida de concorrer. Questões econômicas, especialmente desemprego jovem, deverão pesar no voto.

Alemanha

Entre março e setembro, cinco estados alemães irão às urnas, com muitas chances de a ultradireita obter seu primeiro governo regional na história do pós-guerra. Na porção oeste do país e em Berlim, partidos tradicionais devem manter vantagem. Já em regiões como Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental e Saxônia-Anhalt, o partido de ultradireita Alternativa para a Alemanha (AfD), que defende uma feroz agenda anti-imigração e é rotineiramente acusado de abrigar extremistas, aparece com até 40% de intenções de votos nas pesquisas. Até hoje, as demais legendas criaram coalizões para impedir a sigla de governar, mas a votação atual pode inviabilizar essas barreiras. O avanço da AfD também preocupa a União Europeia (UE).

Hungria

A eleição parlamentar de abril funciona como teste para o primeiro-ministro Viktor Orbán, no poder desde 2010. Com controle das instituições, ele redesenhou distritos, enfraqueceu o Judiciário, restringiu direitos LGBTQ+ e



SERGIO ACEROREUTERS

Gustavo Petro, presidente da Colômbia, tenta fazer seu sucessor

impôs limites à imprensa. A economia com fraca desempenho e escândalos de corrupção abriram espaço ao Tisza, partido liderado por Péter Magyar, ex-aliado que rompeu com o premiê. O Tisza cresceu nas eleições europeias e hoje lidera pesquisas. Orbán responde com benefícios fiscais e reformulação distrital para frear a oposição. O resultado terá impacto direto na relação com UE, Rússia e EUA.

Peru

Também em abril, o Peru escolherá presidente, Câmara (130 assentos) e um Senado recriado após 30 anos, agora com 60 cadeiras. O país vive crise crônica: oito presidentes caíram em menos de uma década, vários ex-mandatários foram presos e a presidente Dina Boluarte foi destituída em outubro passado, em meio a intensos protestos nas ruas. A fragmentação persiste: mais de 30 pré-candidatos disputam votos, entre eles Rafael Lopez Aliaga, o humorista Carlos Alvarez e Keiko Fujimori, filha de Alberto Fujimori. Nenhum supera 13% nas pesquisas.

Colômbia

Em maio, a Colômbia renovará presidência e Congresso. Gustavo Petro, atual líder, não pode concorrer e apoia Iván Cepeda, enquanto o país

vive temores de retorno da violência política (o senador Miguel Uribe Turbay foi baleado e morto no ano passado). No plano externo, Petro enfrenta hostilidade direta de Donald Trump, que o proibiu de entrar nos EUA e o acusou de ligação com o narcotráfico. Com 81% da população defendendo boas relações com Washington, a influência americana deve pesar no resultado. O direitista Abelardo de la Espriella e o centrista Sergio Fajardo estão na disputa.

Etiópia

Em junho, a Etiópia realizará eleições gerais que devem consolidar o controle do Prosperity Party, partido do premiê Abiy Ahmed. Após libertar presos políticos e assinar acordo de paz com a Eritreia – em virtude do qual o primeiro-ministro ganhou o Nobel da Paz em 2019 –, Abiy lançou guerra contra a Frente de Libertação do Povo do Tigré e aprofundou o autoritarismo. Hoje, conflitos regionais e restrições a partidos tornam inviável o livre voto em várias áreas – há locais em que o Prosperity é a única legenda. Além disso, leis ampliam o controle estatal sobre a sociedade civil. A falta de imprensa independente livre e o risco de nova guerra com a Eritreia indicam um pleito com conflitos.

Armênia

Ainda em junho, a Armênia votará em eleições que funcionam como referendo sobre o acordo de paz com o Azerbaijão, assinado em 2025 com mediação dos EUA. O premiê Nikol Pashinyan enfrenta rejeição interna e promete criar uma “quarta república” com nova constituição e abandonando reivindicações históricas, o que poderia reduzir a dependência da Rússia. A oposição defende manter vínculos estratégicos mais estreitos com o governo russo.

Suécia

Em setembro, a Suécia terá eleições gerais em um processo já marcado por polarização sobre imigração, violência de gangues e matriz energética. O governo de Ulf Kristersson, apoiado por populistas de direita, aposta em cortes de impostos e expansão militar, enquanto a oposição critica falhas estruturais em moradia e integração. O processo eleitoral ocorre em meio a interferências digitais atribuídas à Rússia, aumentando a tensão política.

Israel

Até outubro, Israel realizará sua primeira eleição desde a guerra iniciada após o ataque do Hamas em 2023 e desde os protestos contra a reforma judicial de Netanyahu. O premiê (que acumula 18 anos no poder, em diferentes períodos desde 1996) enfrenta desgaste, acusações de falhas de inteligência e processo por corrupção, mas o Likud segue competitivo pela fragmentação da oposição. Segurança, custo de vida e eventual responsabilização pelo conflito estarão no centro da campanha pelos assentos no parlamento.

Estados Unidos

Em novembro, as eleições de meio de mandato (midterm) definirão o equilíbrio de poder no Congresso e a força de Donald Trump para a segunda metade de seu mandato. Todos os 435 assentos da Câmara e 35 vagas do Senado estarão em disputa. Historicamente, presidentes perdem cadeiras nas midterms, e uma derrota pode enfraquecer a agenda republicana. Com 60% da população avaliando que o país está “no caminho errado”, economia e custo de vida serão determinantes. ■

O mundo em resumo

As notícias que se destacaram no noticiário internacional durante a semana

Estados Unidos

Morte em operação de agentes de imigração provoca manifestações

A escritora e guitarrista Renee Nicole Good, 37, morreu na quarta-feira, 7, ao ser baleada na cabeça por agentes do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) em Minneapolis. O Departamento de Segurança Interna, órgão responsável pelas agências de imigração, afirmou que ela teria tentado atropelar agentes. Um vídeo mostra Renee - que não era imigrante - saindo de carro e escapando de um integrante do ICE, que tenta abrir a porta. Em seguida, tiros foram disparados. Autoridades locais contestaram a versão, enquanto protestos surgiram contra as ações migratórias do governo Trump.



México

País é apontado como fornecedor importante de petróleo para Cuba

Uma reportagem do Financial Times apontou que o México se tornou um fornecedor importante de petróleo para Cuba, superando a Venezuela, com quem a ilha tem acordo. A presidente do país, Claudia Sheinbaum, afirmou na quarta-feira, 7, que o México embarca o produto para os cubanos há anos e que não houve alteração nas entregas, pontuando que a remessa atende também motivos humanitários. Claudia disse que, em crise, a Venezuela reduziu drasticamente o fornecimento, que já foi de 90 mil barris/dia e hoje está entre 30 mil e 35 mil.

Bolívia

Bloqueios se espalham contra fim de subsídios

Na terça-feira, 6, manifestantes bloquearam ao menos nove rodovias em La Paz, Pando e Potosí em protesto contra o decreto do presidente Rodrigo Paz que eliminou subsídios aos combustíveis. O preço da gasolina dobrou e itens básicos também ficaram mais caros, elevando o custo de vida. A COB lidera mobilizações desde dezembro, agora reforçadas por campesinos e professores, que acusam o governo de favorecer o capital privado e usurpar funções do Congresso.

Groenlândia

Ilha reage a oferta de compra da Casa Branca

A Groenlândia reagiu com firmeza a recentes declarações do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre comprar ou anexar o território ártico. Nesta semana, o governo da ilha e o da Dinamarca — que mantém soberania sobre a região, dotada de status semiautônomo — solicitaram reunião urgente com o secretário de Estado Marco Rubio, prevista para a próxima semana, a fim de “dissipar mal-entendidos”. O primeiro-ministro Jens-Frederik Nielsen reiterou que a Groenlândia “não está à venda” e que apenas seus 57 mil habitantes decidem seu futuro.



Suíça

Bar que pegou fogo no Ano Novo não passava por vistoria desde 2020

As autoridades suíças admitiram na terça-feira, 6, que o bar Le Constellation, na estação de esqui de Crans-Montana e destruído em incêndio na madrugada de 1º de janeiro, não passava por vistoria desde 2020. O fogo começou quando velas pirotécnicas presas a garrafas ficaram próximas ao teto, causando a rápida propagação das chamas. A tragédia deixou 40 mortos e 116 feridos, dos quais 83 seguem hospitalizados. O local estava lotado pelo Ano Novo. Na segunda-feira, 5, a polícia confirmou a identificação de todas as vítimas. Há investigação por negligência contra os dois gerentes do estabelecimento.

Irã

Violência escala no 12º dia protestos por alta de preços

Um policial iraniano foi morto a facadas durante distúrbios perto de Teerã na quinta-feira, 8, no décimo segundo dia de um grande movimento de protesto contra a alta de preços e a desvalorização da moeda. É o maior movimento de protesto na república islâmica desde o de 2022-2023, desencadeado pela morte sob custódia de Mahsa Amini, presa por supostamente violar normas de vestuário para mulheres. Na véspera, registros apontavam 2 mortes e 30 feridos desde o início das manifestações.



Os gastos globais em IA devem superar US\$ 2 trilhões em 2026

IMAGEM GERADA COMIA

Os desafios da IA hoje

A indústria vive uma bolha? Essa é uma das questões que incomodam o setor que desenvolve e investe na tecnologia. Mas há outros temas complexos que as companhias irão enfrentar em 2026

Após três anos de crescimento acelerado e altas nas ações das principais companhias envolvidas no negócio da inteligência artificial (IA), a indústria chega a 2026 com parte da euforia inicial cedendo espaço a questões incômodas. Entre elas estão a dúvida se o movimento de expansão, na atual intensidade, é uma bolha prestes a estourar, os custos do desenvolvimento e a proliferação do “slop”, termo em inglês que designa o conteúdo de baixa qualidade gerado pelos chatbots. Não à toa, o conceito foi escolhido como “palavra do ano” pelo dicionário norte-americano Merriam-Webster no fechamento de 2025.

A bolha vai estourar?

O fluxo de capital rumo à IA não para de crescer, e os gastos globais em 2026 devem superar US\$ 2 trilhões (cerca de R\$ 16,1 trilhões), segundo a consultoria Gartner. O clima de preocupação também está em alta. O mer-

cado financeiro acompanha de perto big techs como Apple, Microsoft, Google, Amazon e Nvidia, além de empresas mais jovens como OpenAI, diante do temor de uma bolha especulativa.

Também chama atenção a estratégia das gigantes da tecnologia e dos fabricantes de chips em investir em startups de IA para que depois as empresas comprem seus produtos e serviços. Trata-se de uma economia circular frágil, caso ocorram turbulências no mercado.

Investidores importantes como o japonês SoftBank e o cofundador de Paypal e Palantir, Peter Thiel, venderam suas ações da Nvidia em meados de novembro. Ainda assim, a companhia relatou uma demanda “fora de escala” por seus chips, o que indica que o entusiasmo persiste.

O CEO do Google, Sundar Pichai, já alertou que nenhuma empresa sairá ilesa desse momento. Em encontro com funcionários no final do ano, ele observou que se deve esperar volati-

lidade do mercado, pois “sem dúvida haverá altos e baixos”. Na reunião, ele declarou ainda que o período é extremamente competitivo. “Então, não dá para descansar sobre os louros. Temos muito trabalho duro pela frente, mas, ainda assim, acredito que estamos bem posicionados para atravessar este momento”, disse.

Data centers e endividamento

O desenvolvimento da IA está pressionado por custos crescentes, não decrescentes. Cada nova geração de grandes modelos de linguagem exige mais dados, mais energia e especialistas altamente remunerados, encarecendo a operação. A infraestrutura depende de mega data centers, financiada por dívidas e lastreada em receitas futuras ainda incertas.

Um levantamento da Bloomberg sugere que, em 2025, foram movimentados US\$ 178,5 bilhões em crédito para data centers, provocando uma “corrida do ouro”. Com chips de vida útil limitada e crescente engenharia financeira, porém, o alto custo da IA se consolida como um dos principais riscos econômicos do setor.

Empregos ameaçados

O debate sobre o potencial da IA para destruir postos de trabalho continua sem respostas definitivas. A consultoria McKinsey projeta que 30% dos empregos nos Estados Unidos poderão ser automatizados até 2030, e que 60% passarão por alterações significativas. Por outro lado, analistas da Gartner sugerem que a IA criará mais vagas do que eliminará até 2027.

Combater o “slop”

Muitos especialistas sustentam que o impacto mais visível da IA até agora é a proliferação do “slop”. A produção desse conteúdo, muitas vezes criado como se fosse real, rende cliques, propaga desinformação e gera receita ao explorar algoritmos das plataformas. O lixo digital inunda as redes com conteúdos que vão de bandas falsas no Spotify até vídeos sobre ataques de guerra que podem confundir as pessoas. As plataformas adotaram rótulos para a identificação de IA, mas a alta produção de slop é um desafio importante. ■



Famílias devem checar o calendário de vacinas com antecedência para garantir que todos estejam imunizados

FREEPIK

Proteção no check-list

Aumento nos casos de sarampo no mundo reforça a importância de conferir a caderneta de vacinação para garantir viagens mais seguras

Vanessa Lima

Passagens emitidas, hospedagem reservada, roteiro pronto. Nos preparativos de viagens ainda neste período de férias escolares ou já para o Carnaval, há um item que não pode ficar de lado: o calendário de vacinação. Praia, campo, interior do Brasil ou um destino internacional: independentemente do lugar escolhido, se a viagem é com a família toda ou se é individual, é fundamental checar se é necessário tomar alguma dose de vacina antes de embarcar. Nesta época do ano, a concentração de pessoas aumenta, sobretudo nos espaços turísticos. Com isso, intensifica-se também a circulação de vírus, que encontram a oportunidade perfeita para se espalhar.

“Viagens são uma via de mão dupla para a circulação de doenças”, explica a bióloga Patrícia Rosa Vanderborght, doutora em biologia molecular e genética humana pela Fiocruz. “O turista pode tanto levar o vírus para áreas vulneráveis quanto trazer a infecção de

volta para casa. Afinal, ficamos expostos a ambientes, pessoas e agentes infeciosos que não fazem parte do nosso cotidiano. Se a caderneta não estiver em dia, a pessoa desprotegida pode se tornar um elo de transmissão”, acrescenta a especialista, que atua na área de gestão de imunização hospitalar.

Serviços de Medicina do Viajante e órgãos internacionais, como o CDC (Centers for Disease Control and Prevention), recomendam que o planejamento vacinal comece de 4 a 6 semanas antes da viagem. Esse período é necessário para que o organismo produza resposta adequada e, quando preciso, permita completar esquemas com várias doses — caso das vacinas de hepatite, meningite e da tríplice viral, para quem ainda não tem duas doses registradas.

Para quem pretende viajar no Carnaval, agora é a última chamada para colocar a vacinação em dia. “Dependendo do histórico vacinal e do destino,

pode ser necessário atualizar mais de uma vacina, emitir certificados internacionais e, em alguns casos, agendar doses adicionais. Deixar para a véspera da viagem é assumir um risco desnecessário”, reforça o patologista clínico Helio Magarinos Torres Filho, diretor do Richet Medicina & Diagnóstico e Richet Vacina.

A ameaça do sarampo

A recomendação ganha um peso ainda maior diante da piora global na circulação de sarampo. A doença, extremamente contagiosa, voltou a preocupar autoridades sanitárias e impactar diretamente quem viaja. A notícia mais recente veio do Canadá, que, após quase três décadas, perdeu o status de país livre de sarampo. Em novembro, a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) confirmou que o país deixou de atender ao critério de eliminação da doença após mais de 12 meses de transmissão sustentada da mesma linhagem



A recomendação é que o planejamento vacinal comece de quatro a seis semanas antes do embarque

Calendário básico do viajante

A indicação sempre deve ser personalizada, mas alguns imunizantes são considerados essenciais para quem viaja:

• Tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola)

Garantir duas doses a partir de 12 meses para quem nasceu desde 1970. Nascidos antes disso podem precisar de uma dose ou comprovação de imunidade. Bebês de 6 a 11 meses que viajam a áreas de risco podem receber uma dose “zero”, que não substitui o esquema de rotina.

• Febre amarela

Indicada para destinos com exigência ou risco de transmissão. Aplicar no mínimo dez dias antes da viagem.

• Hepatites A e B

Relevantes para quem viaja a locais com maior risco sanitário ou com maior exposição interpessoal. Geralmente, são necessárias três doses.

• Meningites (meningocócica ACWY e, quando indicado, meningocócica B)

Importantes para adolescentes, jovens e adultos em intercâmbios, cruzeiros, grandes eventos ou alojamentos compartilhados.

• Influenza e Covid-19

Especialmente recomendadas para grupos de risco e para viajantes que circulam por aeroportos, aviões e ambientes com grande aglomeração.

• Difteria, tétano e coqueluche (dT ou dTpa)

Adultos devem manter os reforços em dia; viagens são uma oportunidade de atualizar o esquema.

• Pólio

Avaliada conforme o destino, principalmente em áreas com circulação do poliovírus ou exigência específica.

do vírus. Em 2025, foram mais de cinco mil casos registrados.

O efeito dominó foi imediato: como o Canadá integra o bloco das Américas, toda a região — que inclui América do Norte, Central, do Sul e Caribe — perdeu a classificação de área livre de sarampo. O cenário acende um alerta importante: no último ano, houve um aumento de mais de 30 vezes no número de casos em comparação com 2024 nas Américas. Além disso, a cobertura da segunda dose da tríplice viral ficou em 79%, bem abaixo dos 95% recomendados para garantir a imunidade coletiva.

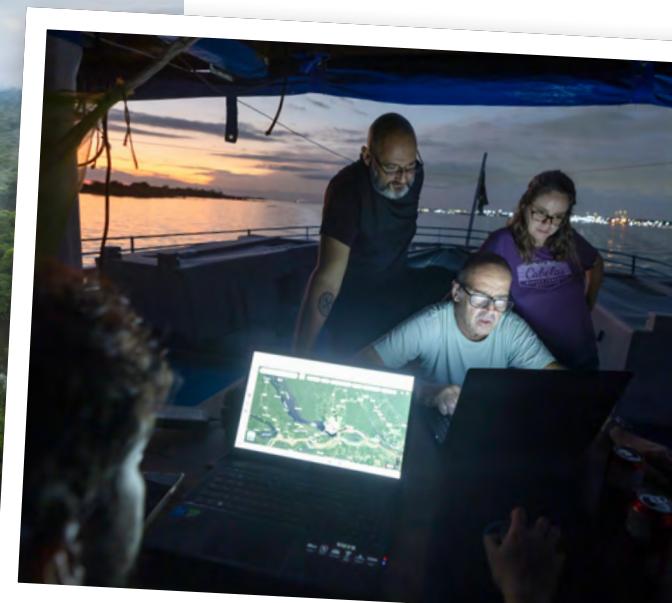
“Um único caso pode infectar até nove em cada dez pessoas não imunizadas que tenham contato com o doente, especialmente em ambientes fechados e lotados, como aeroportos, filas de embarque e cabines de avião”, afirma Magarinos. Diante desse risco, o CDC passou a recomendar que todo viajante internacional seja vacinado contra o sarampo, independentemente do destino. Para Patrícia, o caso canadense reforça

um ponto crucial: “Se até um país de alta renda, com sistema de saúde robusto como o Canadá, perdeu o status de eliminação do sarampo, isso mostra que ninguém está totalmente protegido sem vacina. O vírus aproveita qualquer brecha na cobertura vacinal, seja em comunidades específicas, seja em grupos que relaxaram com os reforços”.

Febre amarela

Já na América do Sul, especialmente na região amazônica e outras áreas tropicais do continente, é preciso estar atento à febre amarela. Alguns países exigem comprovante de vacinação de viajantes vindos de locais de risco, como o Brasil.

O Ministério da Saúde orienta que a dose seja aplicada pelo menos dez dias antes da viagem, prazo mínimo para que a proteção seja efetiva e para que o Certificado Internacional de Vacinação tenha validade no embarque. De modo geral, a Organização Mundial da Saúde recomenda uma única dose da vacina da febre amarela por toda a vida. ■

FOTOS JONNE RORIZZI
NOSSO IMPACTO

Pesquisadores de quatro instituições desceram o rio Jutaí, do Amazonas, em um barco que funcionava como “laboratório”

Os invisíveis da floresta

Expedição científica busca ampliar o conhecimento sobre pequenos mamíferos que compõem a biodiversidade da Amazônia

Jennifer Ann Thomas

Na imensidão da floresta amazônica, ratinhos de menos de 30 centímetros percorrem áreas menores que um hectare. Noturnos e discretos, esses pequenos mamíferos escapam do olhar de quem costuma procurar por onças-pintadas em armadilhas fotográficas ou por botos cor-de-rosa que emergem das águas escuras. Passam despercebidos até para os moradores ribeirinhos que convivem com eles há gerações. Ainda assim, são eles que sustentam, na base, toda a cadeia alimentar da maior floresta tropical do planeta. E, por dependerem do equilíbrio da floresta, estão entre os primeiros a sofrer quando o clima muda.

“Faço expedições de pesquisa na Amazônia há 30 anos e posso afirmar que ela está mais seca”, alerta o professor Alexandre Percequillo, da Es-

cola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). “É um fenômeno que estamos reparando, principalmente na Amazônia Ocidental, uma das regiões mais chuvosas devido à proximidade dos Andes”, diz.

Em julho de 2025, Percequillo liderou uma expedição ao rio Jutaí, no oeste do Amazonas, em busca de pequenos mamíferos. Durante um mês de trabalho de campo, a equipe enfrentou apenas dois dias de chuva forte — pouco para uma região conhecida pela alta pluviosidade. A abundância de capturas ficou abaixo do esperado: em 13 dias, pesquisadores de quatro instituições — USP, Fiocruz, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Lavras (UFLA) — capturaram 78 pequenos mamíferos de 18 es-

pécies, uma taxa de sucesso de 1,5%. “Na Amazônia, o sucesso de captura sempre é baixo, mas a minha expectativa era maior do que o resultado que tivemos”, explica. “A sensação que dá é que essa falta de chuva também tem diminuído a abundância, o número de indivíduos nessas áreas.”

Os pequenos mamíferos da floresta — roedores e marsupiais que vivem no chão e nas árvores — têm mecanismos de regulação de perda d’água pouco eficientes. São animais adaptados ao ambiente úmido e sombreado do interior da mata e, quando o microclima muda, sofrem imediatamente. “Esses bichos são bem sensíveis a esse aquecimento”, diz Percequillo. “Se o ambiente muda rápido, eles são facilmente afetados.”

A dinâmica é relativamente simples: com menos chuva, há menos água e menos comida disponível; os animais produzem menos filhotes e as populações diminuem. “Numa área que poderia ter dez indivíduos daquela espécie, o resultado é que ela terá apenas cinco indivíduos”, afirma o pesquisador.

Diferentemente de onças e macacos, que podem se deslocar por gran-



Os pequenos mamíferos têm pouca eficiência na regulação de perda d'água

des distâncias em busca de condições melhores, esses roedores têm áreas de vida minúsculas. “Eles precisam de apenas um hectare para sobreviver. Eles não andam como um gato do mato”, observa Percequillo. Quando a floresta aquece por dentro, as árvores começam a ficar mais espaçadas, o sub-bosque diminui e esses animais perdem as condições para sobreviverem. “Ao afetar os animais da base da cadeia alimentar, todo o resto da comunidade será impactado.”

Engrenagem natural

Um ecossistema saudável funciona como uma engrenagem complexa, em que cada espécie desempenha uma função específica. Quando uma peça falha, o sistema inteiro pode ser comprometido. Na Amazônia, os pequenos mamíferos ocupam uma posição que, apesar de visível apenas para os olhos treinados para encontrá-los, é fundamental para manter essa engrenagem em movimento.

“Esses bichinhos são a base da cadeia alimentar”, esclarece Percequillo. “Eles servem de alimento para vários grupos de pequenos carnívoros, várias

espécies de serpentes, aves de rapina e corujas”, completa.

Além de servirem de alimento para predadores, os pequenos roedores desempenham um papel fundamental na regeneração da floresta. Ao comer sementes, controlam quais plantas germinarão em excesso e evitam desequilíbrios. Ao transportar e defecar sementes intactas em outros locais, dispersam espécies vegetais pelo território. Ao escavar tocas, melhoram a infiltração de água no solo e modificam os níveis de nutrientes disponíveis.

Os roedores formam o grupo com a maior diversidade de espécies entre todos os mamíferos. Segundo a Sociedade Brasileira de Mastozoologia, são conhecidas 114 espécies na Amazônia, das quais mais de 70 são endêmicas — ou seja, existem apenas nesse bioma. Como grandes áreas da floresta ainda são pouco estudadas, o potencial para a descoberta de novas espécies permanece elevado.

Um estudo de 2016 quantificou a vulnerabilidade desses animais às mudanças climáticas: segundo esse trabalho, 99% das espécies endêmicas de mamíferos analisadas na Amazônia

brasileira — incluindo 15 espécies de roedores — podem estar criticamente expostas até 2050. Os moradores das comunidades ribeirinhas do Jutaí confirmam o que os cientistas observam.

“As pessoas com quem conversamos falaram que hoje sentem muito mais calor do que no passado, e que as secas estão mais intensas”, conta Percequillo. “Esse é o referencial temporal que temos: pessoas que vivem na Amazônia há muitos anos.”

Os dados científicos corroboram a percepção local. O ano de 2024 foi o mais quente da série histórica de 175 anos, com temperatura média global 1,55°C acima dos níveis pré-industriais. Uma pesquisa publicada na *Nature* em 2024 estimou que entre 10% e 47% da floresta amazônica podem estar expostos a distúrbios combinados até 2050, capazes de desencadear transições inesperadas em todo o bioma.

Registrar antes que desapareçam

A expedição ao Jutaí faz parte de um projeto maior, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que busca mapear a biodiversidade de pequenos mamíferos na Amazônia ocidental — uma das regiões mais ricas e menos estudadas do bioma. No total, foram coletados 179 animais de 47 espécies, que incluem dez de roedores, oito de marsupiais, 25 de morcegos, três de primatas e uma de porco-do-mato.

Os pesquisadores suspeitam que duas dessas espécies possam ser novas para a ciência: um marsupial do gênero *Monodelphis*, conhecido como cuíca, e um morcego frugívoro do gênero *Sturnira*. As identificações, porém, ainda precisam ser confirmadas por análises laboratoriais, tanto morfológicas quanto genéticas.

Enquanto a ciência corre para documentar essa biodiversidade, os ratinhos continuam sua vida noturna, invisíveis para quase todos. Se desaparecerem, as serpentes sentirão falta. As corujas terão menos presas. As sementes que eles pre davam germinarão em excesso. O ecossistema se reorganizará de formas imprevisíveis. Os ambientes naturais são feitos também desses bichos pequenos, que quase ninguém vê, mas que sustentam tudo o que está acima deles. ■



*Adolpho Veloso
trabalhou com luz
natural e cenários
da natureza em
“Sonhos de Trem”*

FOTOS DIVULGAÇÃO

Sob a luz de Hollywood

Premiado no Critics Choice Awards pela fotografia de “Sonhos de Trem”, Adolpho Veloso foi da publicidade para o cinema

Lena Castellón

O Brasil está embalado na torcida por mais um Oscar. Neste ano, as chances estão concentradas no filme “O Agente Secreto”, de Kleber Mendonça Filho. As indicações da Academia só vão sair no próximo dia 22. Mas há outro filme com possibilidade de conquistar uma estatueta para o país na premiação mais famosa da indústria cinematográfica: “Sonhos de Trem”, dirigido pelo norte-americano Clint Bentley e protagonizado pelo australiano Joel Edgerton. Quem assina a direção de fotografia do longa é o paulista Adolpho Veloso.

Ele conquistou no domingo, 4, o prêmio de Melhor Fotografia do Criti-

cis Choice Awards e, assim, seu nome ganhou mais evidência entre os brasileiros. “Sonhos de Trem” já estava na lista de pré-indicados do Oscar na categoria. Com a vitória no Critics, primeiro evento da temporada de premiações que foi transmitido para o país, o nome de Veloso – que atuou na publicidade – ganhou mais projeção.

Vivendo em Lisboa, mas continuamente em viagens na realização de projetos internacionais, o brasileiro responde pela cinematografia de quatro longa-metragens de ficção: “Rodantes” (2019), do brasileiro Leandro Lara, “Mosquito” (2020), do português João Nuno Pinto e “Jockey” (2021), de Bentley.

Sim, “Sonhos de Trem” é seu segundo trabalho com o cineasta norte-americano. Bentley o procurou impactado pelo documentário “On Yoga: Arquitetura da paz” (2017), de Heitor Dhalia, do qual fez a fotografia (Veloso e Dhalia se conheceram na produção de campanhas publicitárias). “Bentley entrou em contato comigo e fizemos ‘Jockey’, um filme com uma equipe bem pequena. Foi incrível. Ele me chamou de novo para ‘Sonhos de Trem’. Recebi as primeiras versões do roteiro e amei”, contou.

Produzido pela Netflix, o filme narra a história de um lenhador, Robert Grainier (Edgerton), que trabalha na construção de uma linha ferroviária no oeste dos EUA no início do século 20. O roteiro mostra, com sensibilidade, a solidão que o personagem atravessa em longos períodos de isolamento na natureza, cortando árvores gigantescas, junto com outros trabalhadores. A composição das imagens, com a exploração de luz natural e de paisagens majestosas, ajuda a conectar o público aos sentimentos e às reflexões de Grainier.

“Foi bem difícil fazer ‘Sonhos de Trem’, pelo tamanho que ele tinha e pela quantidade de tempo que tínhamos para filmar”, revelou. Apesar do entusiasmo e dos talentos reunidos em torno do projeto, Veloso admitiu ter se surpreendido com as indicações e os resultados.

Formado em Cinema, Veloso percebeu logo que a parte de direção de fotografia era a de que mais gostava. As primeiras oportunidades que teve foram com curtas de amigos, clipes e com a publicidade. Fez diversas campanhas no Brasil e no exterior. Como diz, aprendeu muito com a publicidade porque é possível experimentar linguagens e equipamentos, além de conhecer talentos que transitam para o cinema, o que também aconteceu com ele.

Perguntado sobre referências, Veloso fez questão de destacar um nome, entre diversos profissionais que admira: César Charlone, fotógrafo e cineasta uruguai, radicado no Brasil, conhecido, entre outros trabalhos, pela fotografia de “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles. “É um filme brilhante, que abriu nossos olhos, mostrando que a gente consegue chegar lá. Charlone é inspirador”. ■



A Copa do Mundo dividida

Pela primeira vez, a competição de futebol mais importante do planeta terá três casas: Estados Unidos, México e Canadá. E isso representa um desafio que vai além do esportivo

André Ruoco e Ivan Gomes

Pela primeira vez, a Copa do Mundo será sediada simultaneamente por três países. Em 2026, o maior torneio de futebol do planeta terá como casa a América do Norte, com Canadá, Estados Unidos e México atuando como anfitriões. A mudança acompanha outra novidade para figurar nos livros de história do esporte: o aumento no número de participantes, que salta de 32 para 48 seleções. O novo modelo, com 48 times divididos em 12 grupos de quatro equipes, será o padrão para as próximas edições.

A experiência de sedes além fronteiras, porém, não é algo inédito. Em 2002, Coreia do Sul e Japão dividiram a organização do evento que culminou com o pentacampeonato da seleção brasileira, à época treinada pelo gaúcho Luiz Felipe Scolari. E isso remete a mais uma novidade para o torcedor do time canarinho. Desta vez, o Brasil terá o comando do italiano Carlo An-

REPRODUÇÃO/OFACEBOOK



BC Place Stadium - Canadá

KIRBY LEE/AP



Metlife Stadium - Estados Unidos

CHRISTIAN PALMA/AP



Estádio Azteca - México

O sonho do hexa em mãos estrangeiras

A busca pelo hexa da seleção brasileira na Copa do Mundo passa pelas mãos de um treinador estrangeiro. O italiano Carlo Ancelotti, multicampeão por clubes e um dos técnicos mais respeitados do futebol mundial, assumiu a esquadra em maio de 2025. Isso representa pouco mais de um ano para preparar a equipe para a tão sonhada conquista, liberando um grito entalado na garganta do torcedor há 20 anos.

A escolha do técnico representa praticamente uma ruptura com a tradição do futebol brasileiro. O Brasil nunca havia sido dirigido por um técnico estrangeiro em uma Copa. A decisão é reflexo direto de um longo período de frustrações desde o título de 2002 e de uma tentativa clara de mudar o rumo, apostando em experiência, leitura de jogo e gestão de elenco em alto nível.

Essa mudança não aconteceu sem resistência. A aceitação de um treinador estrangeiro na seleção ainda provoca incômodo em parte do meio esportivo. Recentemente, declarações de nomes como Emerson Leão e Oswaldo de Oliveira reacenderam esse debate. Em tom considerado inadequado por muitos, ambos questionaram a escolha de um técnico de fora do país. O episódio evidenciou um contraste entre o futebol globalizado de hoje e uma visão mais presa ao passado.

Enquanto isso, Ancelotti é visto por grande parte da torcida e da imprensa como uma aposta segura. Campeão da Liga dos Campeões em diferentes países, o treinador construiu sua carreira com base na capacidade de adaptação, no equilíbrio tático e, principalmente, na habilidade de lidar com grandes estrelas. Mais do que um técnico de ideias rígidas, ele é reconhecido por criar ambientes vencedores e potencializar talentos.

celotti. É a primeira vez de um técnico estrangeiro à frente da seleção em uma Copa do Mundo.

O mundial com diferentes países como sede parece ser uma tendência da Fifa. Isso porque em 2030, ano do centenário da Copa do Mundo, por exemplo, o torneio será dividido em seis países, tendo Espanha, Portugal e Marrocos, como principais casas, e tendo partidas também disputadas em Argentina, Paraguai e Uruguai.

Com o aumento de seleções classificadas, naturalmente o número de jogos também subiu, e agora são 104

partidas. Elas serão disputadas em um intervalo de 38 dias. Para comportar esse volume de jogos, foram selecionadas 16 cidades-sede: pelo lado mexicano, Cidade do México, Monterrey e Guadalajara; em território canadense, Vancouver e Toronto; e nos Estados Unidos, Los Angeles, Dallas, Boston, Nova York/Nova Jersey, Kansas City, Houston, Miami, Filadélfia, São Francisco/San Jose, Atlanta e Seattle.

A abertura da competição ocorrerá no dia 11 de junho, no emblemático estádio Azteca, na capital mexicana. Com capacidade para mais de 87 mil pessoas, o espaço receberá o confronto entre México e Arábia Saudita.

No Canadá, o destaque é o BC Place, em Vancouver. O estádio multiesportivo tem capacidade para 54 mil torcedores e receberá sete partidas, incluindo dois jogos da seleção local. A estreia na arena será no dia 13 de junho, entre Austrália e uma equipe vinda da repescagem europeia.

Nos Estados Unidos, que abrigam 11 das 16 sedes, o foco principal recai sobre o MetLife Stadium, em Nova Jersey. A arena, com capacidade para 82 mil pessoas e casa dos times de Nova York na NFL, será adaptada para receber nove jogos, incluindo as semifinais e a grande final, no dia 19 de julho.

Um dos desafios será organizar os traslados das seleções que avançarem na competição. A Fifa desenhou a escolha das cidades-sede de forma a fazer com que os times evitem grandes deslocamentos. Uma medida que facilitará também a vida dos torcedores que quiserem ficar junto às seleções.

Histórico dos anfitriões

Diferentemente do Canadá, que estreia como sede, México e Estados Unidos têm tradição como anfitriões. O México fará história como o primeiro país a sediar o torneio três vezes (1970, 1986 e 2026). Em 1970, o Azteca foi palco do tricampeonato do Brasil, quando a seleção bateu a Itália pelo placar de 4 a 1 diante de mais de 100 mil pessoas no estádio.

Já os Estados Unidos sediaram a Copa de 1994, ano em que o Brasil encerrou um jejum de 24 anos. O tetra foi conquistado no Rose Bowl, em Pasadena, estádio que, curiosamente, não foi



RAFAEL RIBEIRO/CBF

Choque de gerações

Este mundial terá um significado especial para alguns craques do esporte. Isso porque será um torneio marcado pelo encontro de gerações. De um lado, jogadores que ajudaram a definir uma era do futebol e que caminham para a provável última participação em Copas. Do outro, jovens que estão começando sua trajetória.

O argentino Lionel Messi e o português Cristiano Ronaldo simbolizam como poucos esse momento de transição. Rivaes históricos e protagonistas de uma das maiores disputas individuais do futebol, ambos devem disputar em 2026 suas últimas Copas do Mundo. Messi, campeão em 2022 e principal nome da Argentina, começará o Mundial com 38 anos e completará 39 durante a disputa. Cristiano, referência absoluta da seleção portuguesa por mais de duas décadas, chegará aos 41.

Independentemente do desempenho em campo, a presença dos dois carrega um peso especial, que vai além de gols ou resultados. É uma possível despedida de jogadores que marcaram gerações.

Ao mesmo tempo, uma nova geração começa a ganhar espaço. Lamine Yamal, joia do futebol espanhol, surge como um dos principais símbolos desse novo momento. Ainda muito jovem, ele chama atenção não só pelo talento, mas pela maturidade com que lida com a pressão no Barcelona e na seleção da Espanha. Em 2026, deverá viver seu primeiro Mundial já como protagonista, dando início a uma trajetória que promete ser longa e histórica.

O Brasil também terá seu jovem representante com tudo para marcar época no esporte, e ele atende pelo nome de Estevão. Atacante brasileiro revelado pelo Palmeiras e apontado como uma das grandes promessas do país, ele representa um Brasil em busca de renovação após campanhas frustrantes em Copas recentes. Para jogadores como ele, o Mundial de 2026 será o começo de uma história: o primeiro contato com o peso da camisa, com a cobrança e o mundo olhando para ele.

Esse contraste é mais um fator que torna a Copa tão especial. Enquanto alguns atletas entram em campo sabendo que cada jogo pode ser o último de uma carreira lendária, outros vivem a experiência como o primeiro grande passo.

FOTOS AP



Com Messi e Cristiano possivelmente em suas últimas Copas,...

incluído na lista de sedes para 2026. Na decisão, o Brasil venceu novamente a Itália, desta vez nas penalidades, após um empate em 0 a 0.

US\$ 40,9 bilhões

No ano passado, a Fifa divulgou, junto com a Organização Mundial do Comércio (OMC), dois estudos sobre o impacto socioeconômico da Copa do Mundo 2026 globalmente e para os Estados Unidos – eles foram coordenados pela empresa independente OpenEconomics. De acordo com esses trabalhos, o torneio poderá impulsionar o PIB global em até US\$ 40,9 bilhões e gerar 824 mil empregos em tempo integral. Para os EUA, em específico, a projeção apontava a criação de 185 mil empregos e um PIB de US\$ 17,2 bilhões.

Outra estimativa importante se refere ao público que os países anfitriões devem receber: a Fifa espera ver 6,5 milhões de pessoas nos estádios e em

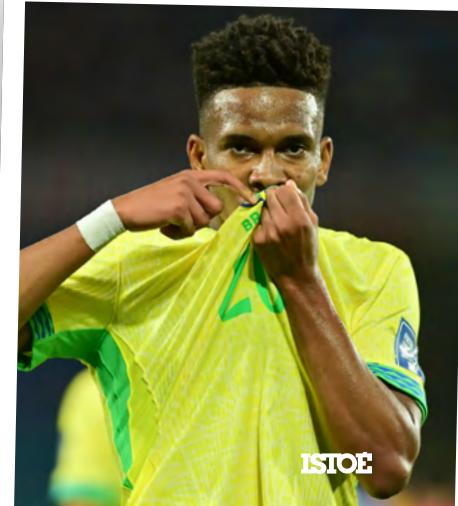
seus entornos. Afinal, não se pode esquecer que uma Copa do Mundo acontece também fora das arenas esportivas, em especial com ativações promovidas pelas marcas – entre os patrocinadores desta edição estão Adidas (que criou a Trionda, a bola da Copa 2026),

Coca-Cola, Hyundai, Lenovo, Qatar Airlines, Visa, Budweiser, Dove Man Care, Hisense, Lay's, McDonald's e Diageo.

Mas há situações em que o torcedor enfrentará o desafio de restrições migratórias, principalmente nos Estados Unidos, que hoje tem um governo que aumenta a pressão sobre a presença de imigrantes ilegais em seu território.

Há quem já esteja barrado. As seleções do Haiti e Irã não poderão ser acompanhados por seus torcedores. Os atletas e a comissão técnica vão poder disputar todos os jogos da fase de grupos. Já os torcedores das equipes de Senegal e Costa do Marfim entram na lista dos países com restrição parcial. ■

...o mundial abre espaço para promessas como Yamal e Estevão



Além da televisão

Em sua maior edição, a Copa do Mundo 2026 terá o streaming como protagonista na transmissão para o público brasileiro

André Ruoco e Ivan Gomes



Apouco mais de seis meses para o seu início, a Copa do Mundo de 2026 será marcada por novidades não apenas em sua organização, com três sedes, e no seu formato, com 48 seleções, em vez de 32. Para o público brasileiro, o torneio da Fifa trará ainda uma mudança histórica nos modelos de transmissão: pela primeira vez, o streaming será o meio de captação e consumo de imagens mais presente no cotidiano do torcedor.

Historicamente, o Grupo Globo sempre exerceu um domínio absoluto nas transmissões da Copa em território

nacional. Entretanto, desde a última edição, ocorrida no Catar em 2022, as plataformas digitais ganharam força sem precedentes. Para o campeonato disputado na América do Norte, a CazéTV, disponível no YouTube, sobressaiu-se estrategicamente e atuará como o principal transmissor do torneio em termos de volume de partidas exibidas.

Ao todo, o espectador brasileiro poderá acompanhar a competição em três espaços distintos: a CazéTV, os canais que integram o ecossistema do Grupo Globo e por meio da parceria entre SBT e N Sports. A emissora de sinal aberto

SBT e o canal fechado N Sports trabalharão em um sistema de simulcast, compartilhando a mesma equipe de transmissão em ambas as telas.

Cada uma das empresas detentoras dos direitos de transmissão terá pacotes específicos de exibição. O SBT e a N Sports, últimas empresas a fecharem o acordo pelos direitos televisivos, transmitirão 32 jogos do torneio, incluindo todas as partidas da seleção brasileira.

Já a Globo irá distribuir jogos por suas plataformas de mídia (TV Globo, SporTV, Globoplay e GeTV). A companhia, que tradicionalmente figurava como a principal detentora dos direitos da Copa, terá 55 partidas em sua grade, incluindo todas as da seleção brasileira. Ela contará com as 32 garantidas pela emissora concorrente e 23 confrontos adicionais.

O protagonismo da CazéTV

O grande destaque desta edição fica para a CazéTV, streaming controlado pela empresa LiveMode, que atua como principal mediadora no processo de distribuição dos pacotes de transmissão. O canal, que estreou na cobertura de mundiais na edição de 2022, conseguiu o feito de adquirir o direito de transmitir todas as 104 partidas da Copa do Mundo de 2026.

O sucesso da CazéTV, operada de forma totalmente gratuita para o consumidor, permitiu que a empresa superasse a concorrência tradicional da Globo e atingisse o maior domínio de transmissões do principal torneio de futebol do mundo. Sendo assim, o projeto capitaneado pelo influenciador e jornalista Casimiro Miguel será o único a exibir 100% dos jogos da competição, sendo metade desses confrontos de forma exclusiva.

Em comparação à Copa do Qatar, quando a CazéTV exibiu apenas 22 partidas, o salto para 104 jogos representa um aumento de 82 exibições. Esse avanço demonstra a relevância e a autoridade que o canal adquiriu no mercado esportivo ao longo dos últimos anos.

O torneio deste ano terá duração total de 38 dias, com pontapé inicial no dia 11 de junho, na Cidade do México, e a grande final programada para o dia 19 de julho, nos Estados Unidos. ■



O festival de Tiradentes acontece todos os anos em agosto, desde 1998



GUSTAVO ANDRADE

Sobremesa do restaurante Tragaluz, que é mencionado pela revista

REPRODUÇÃO

Comida mineira, motivo para viajar

Minas Gerais e seus eventos, como o Festival de Tiradentes, entram em edição da Condé Nast Traveller sobre os melhores lugares para comer no mundo em 2026

André Ruoco

O Festival Cultura e Gastronomia de Tiradentes, considerado um dos mais tradicionais eventos gastronômicos de Minas Gerais, foi recomendado entre os melhores lugares para comer no mundo em 2026 pela revista Condé Nast Traveller, uma das mais influentes referências internacionais de turismo e comportamento. A edição britânica da publicação apresentou em dezembro uma seleta lista de locais pelo planeta. Uma das indicações é exatamente viajar para terras mineiras.

A menção ao Festival de Tiradentes, cidade a 193 quilômetros de Belo Horizonte, coloca o evento brasileiro, realizado anualmente em agosto pela Plataforma Fartura, ao lado de experiências gastronômicas famosas em diferentes regiões do mundo, como os bares de tapas de Sevilha (Espanha), o

histórico mercado Fondouk Kaat Smen, do século XVII, de Fez, no Marrocos (que reabre neste ano), e o Festival de Gastronomia de Creta, na Grécia.

Lançado em 1998, o Festival de Tiradentes ocupa um papel central na história da gastronomia brasileira. À época de sua criação, a cidade contava com poucos restaurantes e ainda não era reconhecida como destino gastronômico. O evento foi pioneiro ao propor um formato que integrava chefs convidados, produtores locais, cultura, experiências e cozinha autoral. Entre os restaurantes que fazem parte do festival está o Tragaluz.

Ao longo de quase três décadas, o festival impulsionou a formação de novos restaurantes, qualificou a cena local e ajudou a consolidar Tiradentes como uma referência nacional em gas-

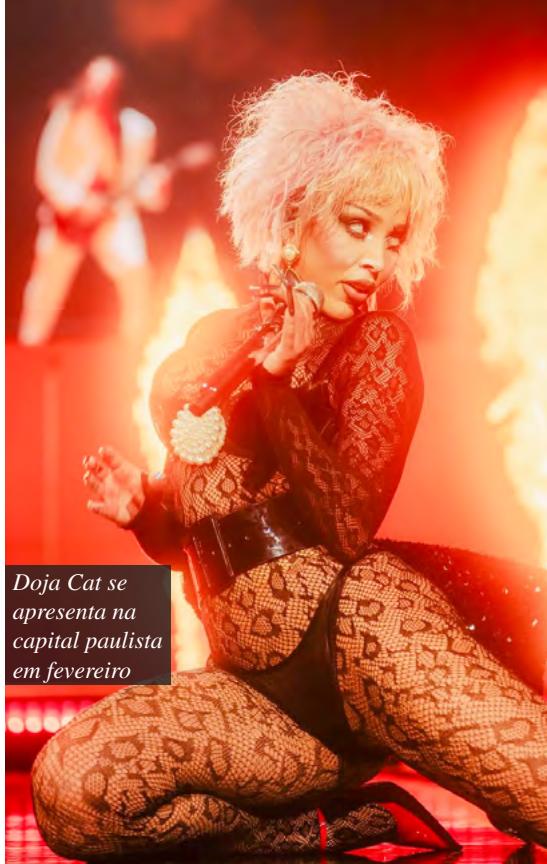
tronomia. Neste ano, o evento acontecerá entre os dias 21 e 30 de agosto.

Serro, cidade histórica da Estrada Real, localizada a 285 km de Belo Horizonte, também entrou nas recomendações da Condé Nast Traveller. Lá, ocorre anualmente, desde 2022, o Festival Fartura Dona Lucinha. O município foi citado por sua importância na rota do queijo mineiro, cuja produção artesanal foi reconhecida pela Unesco, em 2024, como o primeiro Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade relacionado à alimentação no Brasil.

Como pontuou a revista, Serro se destaca pelo queijo que recebeu o nome da cidade. Tem sabor suave e levemente ácido, “e tornou-se o foco da segunda rota turística oficial do estado: com cerca de 800 pequenos produtores e propriedades familiares”. Esse percurso permite que “visitantes entrem em contato com o ofício de 300 anos da produção de queijos” nessa parte da Serra do Espinhaço.

A revista cita também trajetos por vinícolas, tanto em Tiradentes quanto em Bichinho, distrito vizinho, com a possibilidade de degustar vinhos Sauvignon Blanc e Syrah. E, claro, a capital mineira não poderia faltar. A publicação ressalta que chefs mais conhecidos, como Leo Paixão, do Glutton, dividem espaço com nomes novos como Caio Soter, do Pacato, e Bruna Martins, do Gata Gorda. E há ainda o Viradão Gastronômico, evento criado no ano passado e que retorna em agosto, com pratos populares servidos no centro da cidade. ■

Bad Bunny traz a turnê "Debí Tirar Más Fotos para São Paulo



Doja Cat se apresenta na capital paulista em fevereiro

Shows no radar

Depois de um ano com Lady Gaga e Oasis, a agenda musical de 2026 traz mais nomes estelares como Doja Cat, Bad Bunny e Rosalía, além de nova edição do Rock in Rio

Sofia Magalhães

Depois de um 2025 marcado por grandes shows no Brasil — com passagens System of a Down, Kendrick Lamar, Dua Lipa, Green Day e Oasis, que voltou aos palcos com a turnê Live '25 após 16 anos —, o calendário musical de 2026 promete ser ainda mais intenso.

Além de apresentações solo de grandes nomes da música internacional, como Bad Bunny e Rosalía, estão confirmadas novas edições do Lollapalooza e do Rock in Rio — que alterna presença no calendário, ano sim, ano não, com o The Town, todos organizados pela Rock World. Esses e outros eventos devem reunir milhares de fãs ao longo do ano.

Ainda neste primeiro semestre, no dia 2 de maio, está aguardada mais uma atração da plataforma Todo Mundo no Rio — que trouxe Lady Gaga para as areias de Copacabana, no mesmo mês. Organizado pela prefeitura, o evento já desperta apostas. Em seu perfil no Instagram, o prefeito Eduardo Paes lançou na terça-feira, 6, uma lista de artistas, aumentando as especulações. No post, estão imagens de Bono (líder do U2), Adele, Beyoncé, Rihanna, Paul McCartney, Shakira, Chris Martin (vocalista do Coldplay), Britney Spears e Justin Bieber.

Confira o calendário com atrações confirmadas e as empresas responsáveis pela realização dos shows:

Janeiro

Christian Chávez — O cantor mexicano ex-RBD, traz a turnê "Para Siempre" para o Brasil — 27/01 a 07/02 — Fortaleza, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro — Realização: Opus Entretenimento. Instagram: @christianchavezreal

Fevereiro

Doja Cat — 05/02 — São Paulo. Realização: Live Nation. Instagram: @dojacat

My Chemical Romance — 05 e 06/02 — São Paulo — Realização: 30e. Instagram: @mychemicalromance

Kali Uchis — 08/02 — São Paulo. Realização: Live Nation. Instagram: @kaliuchis

Bad Bunny — O artista porto-riquenho traz para o Brasil sua bem-sucedida turnê "Debí Tirar Más Fotos" — 20 e 21/02 — São Paulo. Realização: Live Nation. Instagram: @badbunnypy

AC/DC — A banda toca pela quarta vez no país. 24/02 (ingressos esgotados), 28/02 e 04/03 — São Paulo. Realização: Live Nation. Instagram: @acdc

Rüfüs du Sol — 25 e 27/02 — Curitiba e São Paulo — Realização: Live Nation. Instagram: @rufusdusol

Entretenimento

Março

Jason Mraz - 3, 5, 6, 8 e 10/03 - Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Realização: Music On Eventos. Instagram: @jason_mraz

Big Time Rush - A boy band incluiu o Brasil na turnê mundial "In Real Life" - 06/03. São Paulo. Realização: Live Nation. Instagram: @bigtimerush

Cypress Hill - O grupo lendário de hip hop, que se apresenta no Lolla Brasil, faz show solo em três datas - 17, 19 e 22/03 - Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro. Realização: Live Nation. Instagram: @cypresshill.

Lollapalooza Brasil - A edição deste ano tem atrações como Sabrina Carpenter, Deftones, Doechii, Tyler The Creator, Lorde, Interpol, FBC e Mundo Livre S/A - 20 a 22/03 - São Paulo. Realização: Rock World. Instagram: @lollapaloozabr

Abril

Monsters of Rock 2026 - Com atrações como Guns N' Roses, Lynyrd Skynyrd e Extreme - 04/04 - São Paulo. Realização: Mercury Concerts. Instagram: @monstersofrockbr

Mac DeMarco - O cantor, compositor e multi-instrumentista canadense, famoso pelo seu estilo de indie rock, o "slacker rock" ou "jazz jazz", tem nove shows marcados no país - 4 a 16/04 - Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Realização: Balaclava Records. Instagram: @macsrecordlabel

Bangers Open Air - O festival terá nomes como Twisted Sister, Black Label Society, Within Temptation e Nevermore - 25 e 26/04 - São Paulo. Realização: Bangers Open Air. Instagram: @bangersopenair

The Weeknd - O artista estendeu neste abo a turnê "After Hours Til Dawn Stadium", que quebrou recordes e teve ingressos esgotados. Por aqui, convidou Anitta para abrir o show - 26/04 a 01/05 - Rio de Janeiro e São Paulo. Realização: Live Nation. Instagram: @theweeknd

A banda AC/DC toca pela quarta vez em palcos brasileiros; o primeiro dia de show já está com ingressos esgotados

FOTOS: REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



A espanhola Rosalía volta ao Brasil com show no Rio de Janeiro em agosto

Maio

C6 Fest 2026 - O festival leva ao palco The xx, Wolf Alice, Baiana System, Beirut e Robert Plant's Saving Grace - 21 e 24/05 - São Paulo. Realização: C6 Bank e Dueto Produções. Instagram: @c6fest.

Agosto

Rosalía - A cantora espanhola, que passou alguns dias no Brasil no fim de 2025, está rodando o mundo com a turnê "Lux" - 10/08 - Rio de Janeiro. Realização: Live Nation. Instagram: @rosalia.vt

Setembro

Rock in Rio - Com o festival realizado de dois em dois anos, esta edição tem como atrações Elton John, Mumford & Sons, Jamiroquai, João Gomes e Gilberto Gil - 04 a 13/09 - Rio de Janeiro. Realização: Rock World. Instagram: @rockinrio

Este ano tem Rock in Rio, da Rock World, que alterna a realização do festival carioca com a do The Town, em São Paulo



tival de Cannes 2025 – junto a Joel Edgerton (“Sonhos de Trem”), Oscar Isaac (“Frankenstein”), Dwayne Johnson (“Coração de Lutador: The Smashing Machine”) e Jeremy Allen White (“Springsteen: Salve-me do Desconhecido”), além de Michael B. Jordan.

Na competição de Melhor Filme em Língua Não-Inglesa, o longa brasileiro concorre com “No Other Choice” (Coreia do Sul), “Valor Sentimental” (Noruega), “Sirat” (Espanha), “Foi Apenas um Acidente” (França) e “The Voice Of Hind Rajab” (Tunísia). Já na categoria Melhor Filme de Drama, “O Agente Secreto” compete com “Frankenstein”, “Hamnet”, “Foi Apenas um Acidente”, “Valor Sentimental” e “Pecadores”.

Surpresa no Critics Choice

Causou burburinho nas redes a maneira como “O Agente Secreto” foi revelado como ganhador de Melhor Filme Estrangeiro do Critics Choice. Kleber Mendonça estava sendo entrevistado no tapete vermelho quando a repórter fez o anúncio, entregando a estatueta para o cineasta recifense, bem longe dos holofotes do palco.

Moura, que estava em duas competições, uma pelo cinema (Melhor Ator) e outra pela TV (Melhor Ator Coadjuvante em Série Limitada, na qual concorreu por “Ladrões de Drogas”, da Apple TV+), perdeu para Chalamet na primeira categoria e na segunda para o jovem Owen Cooper, o garoto de “Adolescência”, da Netflix.

O Brasil foi premiado, indiretamente, em outra categoria: o paulista Adolpho Veloso, diretor de fotografia do longa “Sonhos de Trem”, conquistou o prêmio de Melhor Fotografia. Mas os brasileiros puderam comemorar a presença de Mendonça e Moura no palco para revelarem o ganhador de Melhor Filme. O cineasta recifense aproveitou a ocasião para agradecer por sua vitória. O ganhador da categoria mais aguardada da noite foi “Uma Batalha Após a Outra”.

Na terça-feira, 6, mais dois prêmios para “O Agente Secreto”, que recebeu a estatueta de Melhor Filme Internacional e de Melhor Ator (para Moura) do New York Film Critics Circle. Wagner Moura também virou nome de um coquetel na festa do evento. ■

Temporada de prêmios

Após vencer como Melhor Filme Estrangeiro no Critics Choice, “O Agente Secreto” alimenta expectativas para o Globo de Ouro

A temporada de premiações da indústria cinematográfica começou e o filme “O Agente Secreto”, de Kleber Mendonça Filho, parte em busca de estatuetas. E na primeira parte dessa jornada, cujo ápice é o Oscar, já veio um resultado. O longa conquistou o prêmio de Melhor Filme Estrangeiro do Critics Choice Awards 2026, no domingo 4. O próximo evento do calendário é o 83º Globo de Ouro, que acontece no domingo 11, com transmissão pela TNT e HBO Max.

As expectativas são positivas para a produção estrelada por Wagner Moura. É o que mostra a revista norte-americana Vanity Fair, que publicou na segunda-feira, 5, suas apostas para a premiação. Ela elegeu o brasileiro como provável vencedor da categoria Melhor Ator em Filme de Drama por seu papel em “O Agente Secreto”.

Segundo a publicação, os votantes estão cada vez mais diversos e internacionais, o que deve beneficiar Moura. Outro fator importante é que os

principais concorrentes do brasileiro, como Timothée Chalamet (por “Marty Supreme”) e Leonardo DiCaprio (“Uma Batalha Após a Outra”), competem em outra categoria: Melhor Ator em Filme de Comédia.

Para a revista, a disputa em filmes de drama engloba dois atores – Moura e Michael B. Jordan, protagonista de “Pecadores”. “Será que os votantes do Globo de Ouro vão repetir o que fizeram no ano passado e premiar um ator brasileiro em vez de atuações mais famosas?”, questionou a revista. Na edição 2025, a vitória de Fernanda Torres por “Ainda Estou Aqui” foi festejada pelos brasileiros como se fosse Copinha.

Há três possibilidades de o Brasil festejar prêmios no Globo de Ouro. Fora a disputa pela estatueta de Melhor Ator em drama, “O Agente Secreto” concorre aos troféus de Melhor Filme na categoria drama e Melhor Filme em Língua Não-Inglesa. A competição será dura.

A decisão de Melhor Ator coloca Moura – vencedor da categoria no Fes-

Filmes e séries

Humor brasileiro e série premiada

No cinema, estreia a comédia "Agentes Muito Especiais", criação de Paulo Gustavo. No streaming, chega a segunda temporada de "The Pitt"

FOTOS DIVULGAÇÃO

JAMES LISLE/DISNEY

LÉONARDO CAMPOS/PRIME VIDEO

ISTOÉ



Em cartaz no cinema

"Agentes Muito Especiais"

Os agentes Jeff (Marcus Majella) e Johnny (Pedroca Monteiro), passam de rivais a parceiros inseparáveis enquanto se infiltram numa penitenciária para desbaratar a quadrilha comandada pela Onça (Dira Paes). A ideia original é de Paulo Gustavo, que morreu em 2021.

"Família de Aluguel"

Em Tóquio, o ator Phillip (Brendan Fraser) aceita um trabalho inusitado em uma agência de "família de aluguel", em que desempenha papéis de pai, namorado e amigo para clientes solitários. Ao formar laços verdadeiros, ele questiona os limites entre atuação e realidade.

"Timidez"

Nesta produção nacional, Jonas (Dan Ferreira), jovem artista negro, vive sob a sombra de seu irmão Nestor (Antônio Marcelo). Ele inicia uma jornada de autoconhecimento ao convidar a vizinha Lúcia (Evana Jeyssan) para jantar, confrontando seus próprios demônios e inseguranças.

"Tom & Jerry: Uma Aventura No Museu"

A dupla está de volta em uma animação com coprodução China/EUA. Em uma perseguição em um museu, Tom e Jerry encontram um objeto mágico que os transporta no tempo e os envia para um ambiente lendário chinês.

Destaques do streaming

"The Pitt"

A segunda temporada estreia no dia 8 e mostra um plantão de um hospital de Pittsburgh no feriado de 4 de julho. A produção conquistou três prêmios no Critics Choice em Drama/TV: Série, Ator (Noah Wyle) e Atriz Coadjuvante (Katherine LaNasa).

HBO Max



"De Férias com Você"

Com estreia no dia 9, esta comédia romântica é uma adaptação do livro de Emily Henry e narra a história de Poppy (Emily Bader) e Alex (Tom Blyth), amigos de longa data que costumam viajar juntos. Desta vez, algo muda na relação.

Netflix



"O Gerente da Noite"

A segunda temporada da série estreia no dia 11. Tom Hiddleston retorna como o gerente infiltrado no círculo de um traficante de armas vivido por Hugh Laurie. A trama de espionagem traz novos perigos e alianças.

Prime Video



"Sequestro"

A segunda temporada chega dia 14, colocando Sam Nelson (Idris Elba) no centro de uma nova crise com reféns, agora no metrô de Berlim. Enquanto as autoridades correm contra o tempo na superfície, ele precisa tomar decisões rápidas para evitar um desastre nos trilhos.

Apple TV+



Venezuela e Roberto Carlos no foco

As redes repercutiram as reações à invasão da Venezuela, como a da "Usurpadora", a atriz Gaby Spanic, e a do presidente Lula. Roberto Carlos também chamou atenção: ele pegou Covid e recebeu críticas por atitudes em shows.

A "Usurpadora" celebra a captura de Nicolás Maduro

A atriz venezuelana Gaby Spanic, conhecida no Brasil como protagonista da novela mexicana "A Usurpadora" e por ter participado do reality "A Fazenda" em 2025, usou as redes sociais para celebrar a captura de Nicolás Maduro, então líder da Venezuela, por forças dos EUA no sábado, 3. "Você não precisa ter um partido político para desejar que a Venezuela seja livre. A liberdade é um valor humano, não um rótulo ideológico", escreveu no X.



• 192 mil ❤ 2 mil



• 1,9 mi ❤ 68 mil

Roberto Carlos II: Myrian Rios, ex-do rei, defende o artista

A atriz Myrian Rios, de 67 anos, saiu em defesa de Roberto Carlos, com quem foi casada entre 1977 e 1989, após repercussão negativa de vídeos que circularam na internet nos últimos dias. Nas imagens, o rei interrompe uma apresentação para repreender fotógrafos. Ele também foi alvo de comentários sobre a maneira como entrega rosas ao público. Myrian fez um vídeo, que distribuiu na mídia social, dizendo não concordar com os ataques direcionados ao artista. Segundo a atriz, muitas mensagens foram ofensivas e desrespeitosas, especialmente diante da trajetória de Roberto Carlos.



• 181 mil ❤ 1,2 mil

Lula condena ataque à Venezuela

Em publicação sobre a invasão da Venezuela pelos Estados Unidos – que capturou Nicolás Maduro –, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) considerou que a incursão militar abre precedentes "perigosos". "Os bombardeios em território venezuelano e a captura do seu presidente ultrapassam uma linha inaceitável. Esses atos representam uma afronta gravíssima à soberania da Venezuela (...). Atacar países, em flagrante violação do direito internacional, é o primeiro passo para um mundo de violência, caos e instabilidade, onde a lei do mais forte prevalece sobre o multilateralismo", declarou.



• 78 mil ❤ 1,4 mil

Dono da boate Bahamas morre aos 74 anos

O empresário Oscar Maroni, dono da casa noturna Bahamas Hotel Club, localizada na zona sul de São Paulo, morreu na quarta-feira, 31, aos 74 anos. Por meio de nota publicada no site da boate, a família afirma que ele "viveu intensamente e foi fiel às suas convicções e à sua liberdade". A causa da morte não foi divulgada.



• 104 mil ❤ 1 mil

Roberto Carlos se isola por causa de Covid

O cantor Roberto Carlos, de 84 anos, foi diagnosticado com Covid-19 e, por esse motivo, não conseguiu viajar a São Paulo para o velório do amigo Genival Barros, diretor de produção dos shows do artista, que morreu no dia 2. A equipe do rei informou que ele está assintomático. Roberto Carlos fez repouso em sua residência, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro.

www.istoe.com.br

TikTok: www.tiktok.com/@revistaistoe

Instagram: www.instagram.com/revistaistoe/

LinkedIn: www.linkedin.com/company/istoe

YouTube: youtube.com/@revistaISTOE

X: x.com/istoe

Facebook: www.facebook.com/istoeinheiro

Palavra por palavra



KEVIN LAMARQUE/REUTERS

"Minha mulher odeia quando eu faço isso. Ela diz: é tão não-presidencial"

Donald Trump, presidente dos EUA, ao falar da decisão de seu governo de banir atletas trans femininas de competições para mulheres e imitar exageradamente, aos risos, como uma desportista trans faria levantamento de peso, durante evento do partido Republicano



SPENCER PLATT/AFP

"Governaremos sem insegurança, sem pedir desculpas pelo que acreditamos. Fui eleito como um socialista democrático e governarei como um socialista democrático. Não abandonarei meus princípios por medo de ser considerado radical"

Zohran Mamdani, prefeito de Nova York, ao tomar posse no dia 1º

"Estou esperando por isso com mais expectativas que ninguém"

RM, cantor e integrante do BTS, grupo de kpop, que lançará álbum em março, em carta aos fãs. Os artistas estão retomando a carreira, que foi interrompida porque eles tiveram de cumprir o serviço militar obrigatório da Coreia do Sul

REPRODUÇÃO X



RUBENS CHIARI/PERSPECTIVA

"Meu sonho é me tornar campeã da São Silvestre e eu vou lutar por isso até o fim. Tenho 23 anos. Eu acredito que tenho ainda um longo caminho para percorrer. Estou ganhando muita experiência até chegar no lugar mais alto do pódio"

Núbia de Oliveira, atleta baiana, que chegou em terceiro lugar na 100ª edição da corrida, repetindo a mesma posição de 2024. Foi a brasileira de melhor performance nas duas provas. A vitória ficou com Sisilia Ginoka Panga, da Tanzânia. A última brasileira a vencer a São Silvestre foi Lucélia Peres, em 2006

"O México mantém sua convicção de que a América não pertence a uma doutrina ou a uma potência. O continente americano pertence aos povos de cada um dos países que o compõem"

Claudia Sheinbaum, presidente do México, em coletiva de imprensa



FERNANDO LLANO/AP

Paixão sobre rodas.



MOTOR SHOW

www.motorshow.com.br

